

CONTRATO Nº 051/2016-UFRN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato de Prestação de Serviços  
que entre si celebram a  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO NORTE e a Empresa  
INTERFORT SEGURANÇA DE  
VALORES LTDA, nos termos do  
Pregão Eletrônico nº 10/2016, para o  
fim que especifica.

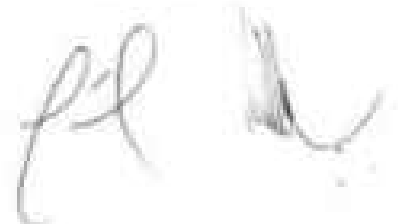
A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN, situada no Campus Universitário, Natal/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 24.365.710/0001-83, nesta ato representada pela Magnífica Reitora, Professora ANGELA MARIA PAIVA CRUZ, domiciliada nesta capital, doravante denominada Contratante, e a INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, Rua Des. Sinval Moreira Dias, 1712, Nova Descoberta, 59075-340 Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ nº 04.008.185/0001-31, neste ato representada pelo Sr. Luiz Antonio Rech, portador da Cédula de Identidade Nº 6.022.457.581 SSP/RS e CPF/MF Nº 173.567.500-82, Procurador denominada Contratada, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos do Pregão Eletrônico nº 10/2016, Processo Administrativo nº 23077.012504/2016-50, em conformidade com as disposições estabelecidas nas Leis nºs 8.666/1993, 10.192/2001 e 10.520/2002, Dec. nº 2.271/1997, LC nº 123/2006 e IN SLTI/MPOG nº 02/2008 (alterada pela IN SLTI/MPOG nº 06/2013), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA 1ª DO OBJETO DO CONTRATO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de vigilância armada e ronda motorizada armada (com a utilização de viaturas da UFRN), para atender a demanda das unidades administrativas e acadêmicas desta universidade, localizadas na Grande Natal/RN e no interior do Estado do Rio Grande do Norte.

**CLÁUSULA 2ª DO VALOR DO CONTRATO**

2.1. Pela execução do objeto do presente contrato, a Contratante pagará à Contratada a importância global de R\$ 14.146.050,00( quatorze milhões, cento e quarenta e seis mil e cinquenta reais), em parcelas correspondentes aos itens do objeto efetivamente executados, conforme os termos de aceites definitivos



emitidos, quantos forem necessários.

### CLÁUSULA 3ª DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos orçamentários destinados ao pagamento da prestação dos serviços, objeto deste contrato, concernentes ao exercício social corrente, correrão à conta dos da dotação abaixo discriminada:

I. Esfera: 1;

II. Fonte de Recursos: 0112;

III. PTRES: 106332;

IV. Natureza da Despesa: 339037.

3.2. Caso haja prorrogação do contrato, proceder-se-á à necessária adequação da dotação orçamentária.

### CLÁUSULA 4ª DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

4.1. A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

4.2. A vantagem econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que, no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. (IN SLTI/MPQG nº 02/2008, art. 30-A, § 2º, III)

4.3. Realizar a negociação contratual para a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não renovação do contrato.

4.4. As prorrogações deverão ser registradas mediante editamento, podendo ocorrer a cada 12 (doze) meses, até o limite previsto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993, caso seja autorizado formalmente pela autoridade competente e preenchidos simultaneamente os seguintes requisitos:

I. quando os serviços forem prestados regularmente;

II. a Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;

III. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;



IV, a Contratada concorde expressamente com a prorrogação.

4.5. No caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLT/MPOG.

4.5.1. Se os valores forem superiores aos fixados por esta Secretaria, caberá negociação objetivando a redução de preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato.

4.6. A Administração não poderá prorrogar o contrato quando:

I. os preços forem superiores aos limites estabelecidos nas portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços;

II. a Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou de próprio Órgão Contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

4.7. Requisitos para prorrogação:

I. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

4.8. Para prorrogação, a Contratante deverá negociar com a Contratada, para que esta reduza ou elimine os seus custos fixos ou variáveis, não renováveis, que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não renovação do contrato.

#### CLÁUSULA 5ª DA REPACTUAÇÃO

5.1. Admitir-se-á a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano e obedecidas as regras e condições praticadas no mercado, observado o disposto no art. 40, inc. XI, art. 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993 e no art. 37 da IN-SL/TIMPOG nº 02/2008, cabendo à Contratada justificar e comprovar eventual variação dos custos, apresentando inclusive Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante, na forma prevista no art. 5º do Dec. nº 2.271/1997.

5.1.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data:

I. limite para apresentação das propostas, constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;



II. do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas base destes instrumentos.

5.1.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação.

5.1.3. As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

5.1.4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

5.1.5. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante comprovação pela Contratada do aumento dos custos, considerando-se:

- I. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- II. as particularidades do contrato em vigência;
- III. a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- IV. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- V. a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

5.1.6. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

5.1.7. A repactuação, como espécie de reajuste, será formalizada por apostilamento e não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, exceto se coincidir com a prorrogação contratual, caso em que deverá ser formalizada por aditamento.

5.1.8. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

*f.l. A.*

5.1.9. A Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

5.1.10. As repactuações a que a Contratada fizer jus, não solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

5.2. Os novos valores repactuados terão suas vigências iniciadas:

I. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;

III. em data anterior à ocorrência do fato gerador, quando a repactuação envolver exclusivamente reajuste do custo de mão de obra, em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

5.2.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

5.2.2. A Administração deverá assegurar-se de que os preços reajustados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

5.3. Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.

## CLÁUSULA 6ª DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

6.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme disposto no 5.1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

## CLÁUSULA 7ª DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. A inexecução e rescisão deste contrato obedecerão ao disposto na Seção V – Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, do Capítulo III – DOS



CONTRATOS, da Lei nº 8.666/1993

## CLÁUSULA 8ª DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

8.1. Fica estabelecida a vinculação integral deste contrato ao edital do presente pregão, nº 10/2016, e seus anexos, conforme determina o artigo 55, inciso XI da Lei nº 8.666/1993.

## CLÁUSULA 9ª DA MANUTENÇÃO DE HABILITAÇÃO COMPATÍVEL

9.1. Fica a Contratada obrigada a manter, durante a execução deste contrato e, se houver, durante seus aditamentos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório de que resultou o presente contrato, conforme o artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/1993.

## CLÁUSULA 10. DA GARANTIA

### Prazo para comprovação

10.1. Nos moldes do art. 55 da Lei nº 8.666/1993, a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (IN SLT/MPOG nº 02/2008, art. 19, XIX, "a")

- I. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária.

10.1.1. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do Contratante.

### Prorrogação do prazo para comprovação

10.1.2 O prazo para apresentação do comprovante de prestação da garantia poderá ser prorrogado, a critério do órgão Contratante, por 10 dias úteis. (IN SLT/MPOG nº 02/2008, art. 19, XIX, "a")

### Sanções e multas por atraso

10.2. Na ocorrência de atraso da comprovação da garantia, a Contratante formalizará imediatamente o devido processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e o direito à ampla defesa.

10.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia



acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento); (IN SLTI/MPOG nº 02/2008, art. 19, XIX, "e")

10.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993. Caso a administração entenda, esta poderá optar pela retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

10.5. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamento devido à Contratada.

#### Valor, validade e renovação

10.6. O valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato; (IN SLTI/MPOG nº 02/2008, art. 19, XIX, "a")

10.7. A garantia valerá durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual; (IN SLTI/MPOG nº 02/2008, art. 19, XIX)

10.8. No caso de prorrogação deste contrato, a garantia deverá ser renovada. (IN SLTI/MPOG nº 02/2008, art. 19, XIX)

#### Prejuízos, obrigações e multas cobertos

10.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: (IN SLTI/MPOG nº 02/2008, art. 19, XIX, "b")

I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

IV. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada.

#### Extinção

10.10. A garantia será considerada extinta:

I. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada da declaração da Administração, mediante termo



circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e (IN SLTI/MPOG nº 02/2008, art. 19, XIX, "h")

II, após o término da vigência do contrato.

10.10.1. O prazo de extinção da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro. (IN SLTI/MPOG nº 02/2008, art. 19, XIX, "h", "2")

#### Liberação

10.11. A garantia somente será liberada após a conclusão dos serviços contratados e ante a comprovação de que a empresa quitou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

10.11.1. Caso o pagamento destas verbas não ocorra até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, Inciso IV da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.

#### Atualização e reposição

10.12. Se houver acréscimo ou supressão de serviços, a garantia deverá ser atualizada em igual proporção.

10.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, inclusive a terceiros, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data em que for notificada pela Contratante.

#### Partes no processo administrativo relativo à garantia

10.14. O Garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

### CLÁUSULA 11. DA PUBLICAÇÃO

11.1. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

11.2. A contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação constantes do presente Instrumento Convocatório;





## CLÁUSULA 12. DAS PARTES INTEGRANTES

12.1. O *Termo de Referência* e o *Termo de Acordo de Níveis de Serviços*, anexos do edital do presente pregão (nº 10/2016) constituem partes integrantes do presente contrato, sendo, portanto, de cumprimento obrigatório.

## CLÁUSULA 13. DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância – Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte para nele dirimirem-se dúvidas e solucionarem-se questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela Contratante, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

E por estarem assim, justas e acordadas, é lavrado o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Natal (RN), 01 de setembro de 2016

Ángela Maria Paiva Cruz  
REITORA

Contratante José Doniel Diniz Melo  
Pastor em exercício

Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF: 345.29.424.11 ID: 345135 05/10/16

CPF: 106.312.554.70 ID: 334.414

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 - Do Objeto e Valor Estimado

#### 1. Disposições relativas ao objeto do presente Termo de Referência.

1.1. Descrição do objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de vigilância armada e rodada motorizada armada (sem a utilização de viaturas da UFRN), para atender à demanda das unidades administrativas e acadêmicas desta universidade, localizadas na Grande Natal/RN e no interior do Estado do Rio Grande do Norte.

1.1.1. Valor estimado: a estimativa de custo total do objeto licitado é de R\$ 14.177.511,79 (quatorze milhões, cento e setenta e sete mil quinhentos e onze reais e setenta e nove centavos).

1.1.2. A estimativa serve apenas de subsídio para que a futura firme apresente sua proposta, não constituindo, portanto, qualquer compromisso entre a licitante e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

### 2 - Da Justificativa

#### 2. Disposições relativas à justificativa.

2.1. O presente *Termo de Referência* tem como foco principal a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada e motorizada, com as viaturas fornecidas pela Contratante.

2.2. Devido à escassez de recursos humanos e à impossibilidade de recompor a força de trabalho de seu quadro de servidores, no que concerne à categoria de vigilância, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte resolveu contratar empresa de fora para executar os referidos serviços.

2.3. Considerando ainda que a Lei nº 8.632/1998, publicada no DOU no dia 08/05/98, trata da extinção de Cargos na Administração Federal e o Decreto nº 2.271/1997 e alterações disciplinam a contratação e a execução indireta dos serviços de vigilância e vigilância patrimonial, cuja categoria profissional não está inscrita na Administração Pública Federal, visto que não haverá concurso público para o provimento destes cargos o que justifica o quantitativo de postos de serviço necessários, conforme descritos neste Termo de Referência.

2.4. A necessidade de contratação tem por finalidade assegurar as condições de segurança para Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, seja no campus central ou em unidades avançadas (Campus de Biomedicina, Escola Agrícola de Jandiaí, Polo de Nova Cruz, Polo de Maracá, Campi de Santa Cruz, Campi do Cururu Novo e Campi de Caicó), com as seguintes ações: auxiliando nos controles de acesso para servidores, licenciados, veículos, fornecedores e transações; rondando as dependências das unidades e fazendo rondas motorizadas (utilizando-se de veículo automotor fornecido pela Contratante) e/ou a pé extensivamente, prestando informações; intervindo preventivamente, e se necessário repressivamente; auxiliando na vigilância patrimonial; assegurando as dependências das unidades que lhe forem designadas dentro da jurisdição da UFRN; após o expediente solicitar a saída de pessoas sem autorização; registrando as ocorrências em livro próprio da contratada; acionar a vigilância patrimonial da UFRN, nos casos necessários; e realizar outras atividades inerentes ao cargo de vigilante.

2.5. No caso, portanto, atender às demandas de segurança na UFRN em função do seu acervo material e humano, baseando-se em um conjunto de elementos que compõem as linhas de segurança física, estratégica, especial e eletrônica.

2.5.1. Segurança Física Patrimonial (Proteção): Tem por objetivo a proteção dos bens da instituição (instalações físicas, equipamentos e materiais).

2.5.2. Segurança Estratégica (Inteligência): Tem por objetivo a proteção antecipada ao patrimônio presente e futuro da instituição.

fl. 1

**2.5.3. Segurança Especial (Complementar):** Tem por objetivo proteger as áreas estratégicas da instituição (pessoas e bens) que necessitam de monitoramento permanente e diligência para conservação de suas finalidades.

**2.5.4. Segurança Eletrônica (Opcional):** Tem por objetivo, através das ferramentas que a contratada, se adequar aos fatos, e, em caso de intervenção, auxiliar as ações proporcionando maior segurança à quem precisa e à quem faz.

### 3 - Do Objeto da Contratação

#### 3. Disposições relativas ao Objeto da Contratação.

3.1. A contratação de serviços de vigilância visa à proteção do patrimônio público, bem como proporcionar segurança a servidores, servidores, alunos e à comunidade que desenvolvam suas atividades de pesquisa, estudo, ensino e apoio nas Unidades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

### 4 - Da Prévia Visitação Técnica

#### 4. Disposições relativas à Prévia Visitação Técnica.

4.1. A Licitante deverá realizar prévia visitação técnica nos locais onde serão realizados os serviços, a fim de inspecioná-los, coletando dados, informações e quaisquer elementos que possam vir a influenciar no valor da proposta a ser apresentada no presente pregão.

4.2. A prévia visitação técnica deverá ser agendada, com um dia de antecedência, em dias úteis, sempre à sexta-feira, nos horários 8:00 às 11:00 e 14:00 às 17:00, com Servidor José Antônio de Freitas, lotado na Diretoria de Segurança Patrimonial, via telefone institucional - número **(84) 3215-3367**.

4.2.1. A prévia visitação técnica deverá ser realizada até a data prevista para Impugnação do Atto Convocatório por um ou por mais de um representante técnico da empresa licitante, devidamente autorizada por documento próprio, preferencialmente procuração lavrada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, indicando a natureza do poderes na firma original ou outro documento idôneo que demonstre a sua condição de sócio, gerente ou administrador da empresa licitante, documentando as fontes de sua atuação (Articulado nº 2980/2010 - Títulos).

4.2.2. Durante a visitação, o representante técnico da empresa licitante será acompanhado pelos representantes da Contratante, designados para este fim, os quais visitam o Termo de Prévia Visitação Técnica, conforme modelo anexo desta edital, comprovando a realização da prévia visitação técnica.

4.2.3. Caso a licitante não realize a prévia visitação técnica, deverá apresentar, na fase de habilitação, quando solicitada pela pregoeira, declaração formal, em papel timbrado da empresa, assinada pelo responsável técnico representante da empresa, declarando que, sob as penas da lei, tem pleno conhecimento da adequação dos locais visitados às condições e particularidades inerentes à natureza dos serviços que nele irão ser prestados, assumindo total responsabilidade por esta declaração e por quaisquer diferenças porventura existentes entre o previsto neste Termo de Referência em relação aos locais de prestação dos serviços, ficando portanto isentada, posteriormente, de pleitos, por falta de conhecimento declarado, quaisquer alterações posteriores de natureza técnica e/ou financeira.

4.2.3.1. A declaração deverá mencionar os números do processo (18677.012584/2016-50) e do respectivo pregão (18/2016), no qual se refere sua declaração.

Após abertura da sessão pública, não serão aceitas da empresa licitante vencedora a alegação de que ela desconhecia fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros elementos, os quais seriam influenciados a proposta por ela apresentada, aconselhando-se, portanto, que a licitante preste a prévia visitação técnica e emita a declaração de assunção de riscos.

## 1 - Das Diligências

### 3. Das disposições relativas às Diligências:

3.1. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, realizará diligência prévia à celebração do contrato na empresa vencedora, a fim de averiguar se as suas instalações são adequadas, no sentido de atender com presteza à prestação do serviço.

## 4 - Das especificações Técnicas

### 4. Disposições relativas às Especificações Técnicas:

Tabela 1 - Unidades beneficiadas e postos de trabalho (turno e frequência semanal)

Interior ou Capital	Unidades Beneficiadas	Tipo de Posto	Turno	Frequência Semanal	Quant.
Capital	BCPM	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1
Interior	CERCE (Cerro Negro-RN)	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1
Interior	CERES (Cabo-BN)	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	2
			Noturno	Segunda a domingo	2
Capital	CB	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	2
			Noturno	Segunda a domingo	2
Capital	CCS	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	2
			Noturno	Segunda a domingo	2
Capital	CTA	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	2
			Noturno	Segunda a domingo	2
Capital	CVE	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	DEARTES	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1

*Handwritten signature/initials*

			Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	DIAMAN - INFLA	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	DOL	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	2
			Noturno	Segunda a domingo	2
Capital	DVO	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	2
			Noturno	Segunda a domingo	2
Capital	ECT	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	3
			Noturno	Segunda a domingo	3
Capital	Escola Lygia Laporta	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	2
Capital	Jardim	Posto de vigilância armada autorizada, exceto limitação pelo Contratante, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1
Interior	Maceio-RN	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	Montepole Digital	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	2
			Noturno	Segunda a domingo	2
Capital	NPTI	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
Capital	NUPLAM	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	Odontologia	Posto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1

*flr m.*

Capital	Bateria	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	Bateria - GabCuer	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a sexta	1
Capital	Bloco 1 (Faculdade de Direito)	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	Residência Biomédica	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	Residência Universitária Campus I	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	Residência Universitária Campus IV	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	1
Interior	Residência (Correia Neves-RN)	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	Residência Miguel	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	Residência Praça Cívica	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Noturno	Segunda a domingo	1
Interior	Residência (Calad-RN)	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Noturno	Segunda a domingo	1
Interior	Residência (Serra Cruz-RN)	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Noturno	Segunda a domingo	1
Capital	Restaurante Universitário	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a sexta	2
			Noturno	Segunda a domingo	1
Interior	FACISA - (Serra Cruz-RN)	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Noturno	Segunda a domingo	2
Capital	Sistema de aula I a V	Ponto de vigilância armada, em escala de	Noturno	Segunda a	3

*Handwritten signature*

		12x36 horas		domingo	
Capital	TVC	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Nocturno	Segunda a domingo	1
Capital	Vietnã	Ponto de vigilância armada motorizada/veículo fortificado pela Contratante, em escala de 12x24 horas	Diurno	Segunda a domingo	4
			Nocturno	Segunda a domingo	4
Capital	DSP 10/1as / apresentadoras	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	3
			Nocturno	Segunda a domingo	3
Capital	Novas Tecnologias	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Nocturno	Segunda a domingo	1
Capital	SEMUT	Ponto de vigilância armada, em escala de 12x36 horas	Diurno	Segunda a domingo	1
			Nocturno	Segunda a domingo	1
Capital	BCZM e TMD	Ponto de vigilância armada, em escala de 44 horas	Diurno	Segunda a sexta	2
TOTAL					118

6.1. Os locais onde os vigilantes desempenharem suas atividades poderão sofrer alterações, de acordo com a conveniência da Contratante, que comunicará a Contratada.

6.2. Um quadro de endereços dos serviços de vigilância será elaborado nas dependências da Divisão de Vigilância Patrimonial.

Tabela 2 - Postos de trabalho, escala de serviço e vigilantes por posto

Descrição do Posto	Escala de Serviço	Quant. de postos	Quant. de vigilantes/posto	Total de Vigilantes
I. Ponto de vigilância armada, em escala de trabalho de 44 horas semanais diurnas de segunda à sexta.	44 horas	2	1	2
II. Ponto de vigilância armada, em escala de trabalho de 12x36 horas diurnas de Segunda-feira a Domingo.	12x36 horas	38	2	76
III. Ponto de vigilância armada, em escala de trabalho de 12x36 horas noturnas, de Segunda-feira a Domingo.	12x36 horas	50	2	100
IV. Ponto de vigilância armada, em escala de trabalho de 12x36 horas diurnas de segunda a sexta-feira.	12x36 horas	3	2	6
V. Ponto de vigilância armada, motorizada (veículo automaticamente fortificado pela instituição, sem limite de quilometragem), em escala de trabalho de 12x36 horas diurnas de segunda a domingo.	12x36 horas	5	4	20

flh

VI. Posto de vigilância armada, motorizada (veículo automotor fornecido pela instituição, sem limite de quilômetros/hora), em escala de trabalho de 12x36 horas retornas de segunda a domingo.	12x36 horas	5	4	20
VII. Posto de vigilância armada, em escala de trabalho de 12x36 horas (horas de Segunda-feira a Domingo). (Cidades do Interior do RN).	12x36 horas	5	2	10
VIII. Posto de vigilância armada, em escala de trabalho de 12x36 horas retornas de Segunda-feira a Domingo. (Cidades do Interior do RN).	12x36 horas	9	2	18
<b>TOTAL - MENSAL</b>		<b>118</b>		<b>154</b>

**Características dos postos  
Ronda motorizada**

6.3. Ronda motorizada consiste na utilização de viatura, fornecida pela UFRN, composta de equipe formada por 2 (dois) vigilantes da empresa Contratada, onde no mínimo 1 (um) deles terá que ter habilitação para possível condução de veículo automotor, específica para realizar o patrulhamento em setores pré-definidos pela Administração da UFRN, além de ficar em disposição para o atendimento das diversas ocorrências em apoio ao Departamento de Vigilância da UFRN.

6.3.1. Os veículos automotores que serão utilizados nas rondas são as viaturas existentes na Diretoria de Segurança Perimetral - DSP da UFRN, podendo esta Diretoria fornecer outro veículo qualquer compatível com a prestação do serviço.

6.3.1.1. O veículo utilizado na ronda motorizada, quando autorizado por esta Diretoria, poderá ser conduzido por vigilante autorizado devidamente habilitado.

**Posto de vigilância armada**

6.4. O posto de vigilância armada tem o objetivo de supervisionar, controlar, visitar e garantir a segurança do local e o fluxo de entrada e saída de veículos e de pessoas.

**Tabela 3 – Uniformes, materiais e equipamentos**

<b>UNIFORMES, MATERIAIS e EQUIPAMENTOS</b>	<b>Quantidade necessária de Uniformes, Materiais, equipamentos e EPIs para o bom desempenho das atividades</b>	
<b>1. Fardamento (Uniforme(U) completo por vigilante(ano)</b>		
1.1 - Torça com Apito;	U	254
1.2 - Calça;	U	1016
1.3 - Camisa de mangas compridas ou curtas com emblema da empresa;	U	1016
1.4 - Cinto de nylon com fivela;	U	254
1.5 - Grachá;	U	508
1.6 - Cinto com coldre e balaio;	U	254
1.7 - Quepe ou boné com emblema da empresa;	U	254
1.8 - Sapatos ou coturnos;	U	254
1.9 - Jaqueta de frio ou Japona;	U	254

*f.l*



1.10 - Placa Balística	U	254
1.10 - Capa de Colete Balístico	U	254
<b>2. Materiais(M) e Equipamentos(E) para o Posto de trabalho</b>		
2.1 - Lanterna 3 (três) pilhas	M	118
2.2 - Livro de ocorrência;	M	118
2.3 - Munição calibre 38;	M	118
2.3 - Revólver calibre 38;	E	118
2.4 - Capa de chuva	M	118

6.5. Caso seja necessário, outros acessórios e/ou equipamentos poderão ser utilizados no desempenho das atividades, desde que a Contratante concorde.

6.6. A eventual falta de equipamentos ou uniforme, devidamente discriminados na Tabela acima, deverá ser imediatamente suprida, no que concerne ao tipo ou quantidade, pela situação de mesma idêntica, substituída para garantir o funcionamento ininterrupto do serviço contratado.

6.7. Os uniformes devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas.

#### **Requisitos para o exercício de profissão de vigilante**

6.8. Para o exercício da profissão, o vigilante deverá apresentar os seguintes requisitos, nos termos do art. 12 da Lei nº 7.102/82:

- I. ser brasileiro;
- II. ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III. ter instrução correspondente à 4ª (quarta) série do primeiro grau;
- IV. ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/1982;
- V. ter sido aprovado em exames psicológicos e de saúde física e mental;
- VI. não ter antecedentes criminais registrados;
- VII. estar quito com as obrigações eleitorais e militares.

6.9. Pelo menos 1 (um) vigilante que fará a ronda em veículo cedido pela Contratante deverá ser habilitado, pois no decorrer da vigância eventual poderá ser necessário para a condução do veículo nos locais designados.

#### **Padrão do Cartão**

6.10. Os cartões deverão ser confeccionados em cartão de PVC, medindo 85 mm x 57 mm, equipado de padrão tipo jacob, conter a logomarca da empresa, o nome do empregado, sua função e fotografia atual.

#### **Capacitação**

6.11. A Contratante deverá capacitar todo o seu pessoal, apresentando previamente plano de cursos à Pró-Reitoria de Administração, que o submeterá à aprovação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.



### **Salário-base**

8.12. Os salários dos profissionais utilizados na prestação dos serviços deverão corresponder ao consignado em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho vigente no Estado do Rio Grande do Norte.

## **7 - Dos Critérios para a Prestação dos Serviços**

### **7. Disposições relativas aos Critérios para a Prestação de Serviços.**

#### **Instrução dos vigilantes**

##### **7.1. INSTRUÇÃO DOS VIGILANTES**

7.1.1. Os vigilantes a serem utilizados nos serviços devem ter formação em curso profissional e atender as recomendações e normas da empresa que venha prestar o serviço e a legislação vigente para o objeto deste Termo de Referência.

7.1.2. Os vigilantes devem ser devidamente treinados e habilitados para o uso de arma de fogo. A comprovação da formação técnica específica de curso de arma oferecida deverá ser através de Certificados de Cursos de Formação de Vigilantes, expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, apresentando periodicamente e quando da alteração do seu quadro de funcionários, os documentos aos probatórios.

7.1.3. Possui cursos ou conhecimentos de técnicas de relacionamento pessoal, bem como receber cursos de reciclagem técnica anualmente.

7.1.4. Utilizar rádio transceptor em suas comunicações, somente para assuntos pertinentes aos serviços.

7.1.5. Os vigilantes das postos motorizadas devem ter habilitação para dirigir veículo automotor. A licença para condução de veículos automotores de todos os vigilantes que existirem rondas motorizadas (em viatura veículo automotor fornecido pela CONTRATANTE) deverá ser apresentada à Administração periodicamente e quando da alteração do seu quadro de funcionários.

7.1.6. Os vigilantes não poderão fazer uso de telefones da Instituição para fins particulares.

7.1.7. Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher, ainda, os seguintes requisitos, nos termos do art. 13 da Lei nº 7.102/83:

7.1.7.1. Ser brasileiro;

7.1.7.2. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

7.1.7.3. Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

7.1.7.4. Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83;

7.1.7.5. Ter sido aprovado em exame psicológico e de saúde física e mental;

7.1.7.6. Não ter antecedentes criminais registrados;

7.1.7.7. Estar quito com as obrigações cívicas e militares;

#### **Apresentação do pessoal**

##### **7.2. DA APRESENTAÇÃO DO PESSOAL:**

7.2.1. Crachá - a empresa deverá identificar seus empregados, utilizando crachá com padrão mínimo:



confecionado em cartão de PVC, medindo 89 x 57 mm, equipada de presilha, tipo jacaré. Os cartões deverão conter a logomarca da empresa, o nome do empregado, sua função e fotografia atual.

#### **Execução técnica dos serviços**

### **7.3. DA EXECUÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS**

7.3.1. A CONTRATADA obrigase a implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a rede de obra nos postos e nos horários fixados na escala de serviços indicados pelo setor competente da UFRN, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assinar o posto conforme o estabelecido;

7.3.2. A contratada deverá emitir notas fiscais/tomadas dos serviços prestados, devidamente assinadas e datadas pelo servidor para acompanhar a execução dos serviços;

7.3.3. Os serviços serão executados por meio de pontos de vigilância armada e desarmada de acordo com o quantitativo e regimes de trabalho previstos no termo de referência do Pregão nº 10/2016-UFRN;

7.3.4. Todos os locais de desempenho das atividades de Vigilância poderão sofrer alteração de acordo com a conveniência da CONTRATANTE, que comunicará a CONTRATADA;

7.3.5. As tabelas de endereços dos serviços de vigilância serão prestados nas dependências das instituições da Administração, no Dócio de Vigilância Patrimonial;

#### **Responsabilidades da Contratada consoante anexo VI do IN SLTYMPOG nº 43/2008**

### **7.4. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA CONSOANTE ANEXO VI do IN SLTYMPOG nº 43/2008**

7.4.1. Completar a formação técnica específica da mão-de-obra necessária, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

7.4.2. Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nos Postos solicitados nos locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assinar o Posto conforme o estabelecido;

7.4.3. Fornecer uniformes e seus complementos mão-de-obra necessária, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convênio ou Dissídio Coletivo de Trabalho;

7.4.4. Os uniformes e complementos obrigatórios para os vigilantes estão discriminados no Anexo que trata das especificações técnicas, neste Termo de Referência;

7.4.4.1. A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um dos itens bens de uniforme e equipamentos a seus empregados;

7.4.5. Apresentar à Administração a relação de armas e óculos mantidas dos respectivos "Registo de Arma" e "Ficha de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos;

7.4.6. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios aos vigilantes no momento da implantação dos Postos;

7.4.7. Ouscar munição de procedência de fabricantes, não sendo permitida em hipótese alguma, o uso de munições rearmadas;

7.4.8. Prestar toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecendo as disposições da legislação trabalhista vigente;



\*4.9. Apresentar histórico de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da Administração;

\*4.10. Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prerrogativa da Jornada de trabalho (dobro);

\*4.11. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou remanejada nas instalações da mesma;

\*4.12. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

\*4.13. 4.13. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de obedecer às orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

\*4.14. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;

\*4.15. Os supervisores da contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os Postos no máximo 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos (diurno 07h-15h e noturno 15h-23h) alternados;

\*4.16. A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após registrados todos os outros meios para a solução de eventual problemática.

#### **Equipamentos e material**

##### **7.4. DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL:**

7.4.1. O cinto à prova de balas será de uso individual, civil A3, conforme regulamentação do Ministério do Trabalho, de tamanho adequado do usuário;

7.4.2. Toda munição manuseada deve ser substituída por munição nova, acondicionada na embalagem original, a cada 6 (seis) meses e as cartuchos que permanecerem devidamente acondicionados, na embalagem original, deverão ser substituídos dentro de 12 (doze) meses;

7.4.3. Todas as armas deverão ser revistas por pessoas ou empresas especializadas, no mínimo a cada 6 (seis) meses, em sistema de rotina, cuja escala deverá ser aprovada pelo Típol da UFRN;

#### **Veículos**

##### **7.5. DOS VEÍCULOS:**

7.5.1. Os veículos automotores, serão disponibilizados pela CONTRATANTE, através da Diretoria de Segurança Patrimonial – DSP;

7.5.2. Os veículos deverão ser equipados com rádio de comunicação;

7.5.3. Para 1 (um) vigilante que fará a ronda em veículo cedido pela contratante deverá ser habilitado, pois no decorrer da vigilância eventual poderá ser arrolado para a condução de veículos nas rondas realizadas.

#### **8 - Da Execução dos Serviços**

##### **8.1. Disposições relativas à Execução dos Serviços.**



## **Início da prestação dos serviços**

**8.1. A Contratada obrigará a implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a rede de câmeras nos pontos e nos horários fixados no modelo de serviços indicados pelo setor competente da UFRN, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme a emenda.**

**8.2. A Contratada deverá apresentar, antes do início das atividades de todo pessoal, prestação de exame médico adicional.**

## **Descrição dos serviços, rotinas e procedimentos do vigilante**

**8.3. Em conformidade à IN nº 3, de 30/04/2008, da SEJUSP/GO, a prestação dos serviços de vigilância, nos pontos fixados pela Administração e discriminados no presente *Termo de Referência*, envolverá a atuação, pela Contratada, de mão de obra especializada para:**

**I. comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;**

**II. manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;**

**III. observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas instalações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;**

**IV. permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;**

**V. fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar nos espaços particulares ou área externa da instalação, mantendo sempre as portões fechados;**

**VI. repassar para vigilantes que está assumindo o Posto, quando da entrega, todas as orientações recebidas, em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas instalações;**

**VII. comunicar à área de segurança da Administração, toda anomalia ou situação como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;**

**VIII. colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, e melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual ocorrência;**

**IX. controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, mantendo em documento próprio e sem, registro ou matrícula, impressão de impressão e tabela a observar;**

**X. proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e semelhantes às instalações, sem que estes estejam devidamente e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;**

**XI. proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;**

**XII. proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e instalações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;**

**XIII. proibir a utilização do Posto para guarda de objetos pessoais no local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;**



XIV. manter ordem ou rotas diárias, conforme a orientação recebida da Administração, verificando as condições das instalações, adotando as medidas e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

XV. manter diariamente o Posto devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;

XVI. manter as vigilantes no Posto, não devendo estar se afastarem de seus câmbios, principalmente para atender demandas ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

XVII. registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as atividades do Posto em que estiver prestando esse serviço;

8.2.3. A implementação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e os serviços deverão ser cumpridos pela contratada, com atendimento sempre corda e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;

8.2. As regras e condições deverão sofrer revisão a cada 06 (seis) meses;

8.3. O exercício do poder de mando (relação de subordinação) sobre os empregados será exercido, exclusivamente, pela empresa Contratada, a qual se obriga por meio de seus vigilantes a:

I. ao chegar ao posto, receber e prestar o serviço, citando todas as ocorrências, bem como as ordens e orientações recebidas;

II. manter-se sempre bem uniformizado com boas atitudes e apresentação (higiene corporal e das vestes, barba feita, cabelos aparados, unhas cortadas etc.);

III. assumir as missões do posto que ocupa, assim como a perfeita utilização dos equipamentos colocados à sua disposição para o serviço;

IV. não permitir formação de grupos de pessoas, desconhecidas ou desconhecidas, junto ao Posto;

V. evitar conversas desconhecidas com colegas de serviço ou outras pessoas;

VI. evitar tratar de assuntos de serviços ou outros, de caráter reservado, sem pessoas estranhas ou desconhecidas;

VII. não abandonar seu Posto, a não ser em casos de extrema necessidade ou de caráter emergencial, imediatamente avisar logo, o mais rápido possível;

VIII. informar ao setor onde os serviços estão sendo executados ou a alguém designado pela mesma sobre qualquer fato que fuja à normalidade ou demande atenção;

IX. registrar todas as ocorrências em livro próprio;

X. auxiliar e dar apoio à Contratante, caso seja convocada a agir de maneira nas áreas internas e externas do prédio que abriga seu posto de trabalho e, em situações que envolvam risco ao patrimônio, incluir a área responsável à Diretoria de Segurança Patrimonial da Contratante, imediatamente;

XI. adotar todas as providências ao seu alcance, para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;

XII. entrar em áreas reservadas apenas em casos de emergência ou quando devidamente autorizado;

XIII. não entrar e/ou sair dos prédios nos quais desempenha suas atividades por locais que não sejam previamente determinados;

XIV. não abordar autoridades e funcionários de outras áreas para tratar de assuntos particulares ou de

serviços, salvo quando devidamente autorizado pelo Contratante;

XV. tratar a todos as pessoas com o devido respeito, atenção e educação;

XVI. orientar todas pessoas e funcionários as instruções necessárias, sempre que elas solicitarem;

XVII. manter atualizada a documentação utilizada no Psam;

XVIII. ser a decisão pelo com todo o patrimônio colocado à sua disposição para o serviço;

XIX. manter sempre vigilância e controle sobre todo material, bens e patrimônio, dentro de sua área de ação, registrando e comunicando, por escrito, em livro de ocorrência, quaisquer danos;

XX. permanecer constantemente atento ao seu serviço, observando e facilitando todas as movimentações;

XXI. manter-se sempre com uma postura correta, evitando relaxamentos ou demonstrações de fadiga;

XXII. respeitar seus superiores hierárquicos e os responsáveis pelo setor onde os serviços estão sendo executados, assim como a seu próprio, atuando com pronta ordem e disciplina;

XXIII. portar sempre, de forma correta, e em local determinado pela sua chefia, seu cartão de identificação;

XXIV. perceber, em casos de dificuldades, a orientação correta na forma de proceder, junto à sua chefia imediata ou aos responsáveis pelo setor onde os serviços estão sendo executados;

XXV. nunca entrar em contato ou confronto, de qualquer natureza, com outras funcionários, servidores ou visitantes do Contratante, incluindo, em caso de dúvida ou de falta de compreensão para decidir sobre ações que lhe, o agente de sua chefia, dos responsáveis pelo setor onde os serviços estão sendo executados, repondo o problema e a situação relatada a seu substituto eventual;

XXVI. não permitir a outros nunca participar da formação de grupos de manifestações ou reivindicações que venham a atingir em risco o patrimônio e a integridade física de pessoas;

XXVII. levar ao conhecimento dos responsáveis pelo setor onde os serviços estão sendo executados e ao conhecimento do seu substituto eventual, imediatamente, qualquer informação considerada importante;

XXVIII. atuar, sempre que necessário, em situações emergenciais, utilizando a iniciativa em casos de emergência;

XXIX. auxiliar nas atividades de prevenção e controle a acidentes, no canteiro de obras, segundo orientações específicas, visando à vigilância física de pessoas, instalações e patrimônio;

XXX. atender e cumprir as orientações e determinações recebidas dos seus chefes;

XXXI. cumprir rigorosamente os horários e escalas de serviço, respeitando a frequência e pontualidade;

XXXII. promover o equitativo de quaisquer objetos e/ou valores armazenados nas dependências do prédio do Contratante ou no seu posto de serviço, providenciando, de imediato, a remoção destes para a guarda ou depósito de onde os serviços estão sendo executados, com o devido registro;

XXXIII. comunicar ao supervisor da empresa e ao setor onde os serviços estão sendo executados as doenças ou condições por motivo de saúde;

XXXIV. comunicar com antecedência, ao supervisor da empresa, a necessidade de faltar ao serviço, deixando de motivo de saúde ou força maior;

XXXV. desvincular as atividades inerentes à sua área de responsabilidade, segundo as orientações e



dependências, de acordo com as necessidades do serviço.

XXXVI, proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e instalações, que implique ou ofenda direta à vigilância das instalações ou comprometa o regular andamento dos serviços instituídos;

XXXVII, executar rondas diárias, conforme orientação da Contratante, verificando todas as dependências e instalações do local de prestação dos serviços, adotando, quando requerida, as providências necessárias para o correto desempenho das suas funções e responsabilidades;

XXXVIII, manter a seu equipamento e o seu armamento em perfeitas condições de uso;

XXXIX, nunca brincar com arma, manuseá-la desnecessariamente ou entregá-la a outras pessoas, mesmo que qualificadas;

XL, ao assumir ou passar o serviço, conferir o estado da arma e munição que irá receber ou repassar, responsabilizando-se por seu uso correto ou guardando-a em lugar apropriado;

XLI, nunca repassar a arma entregue, descarregando-a sempre antes de entregá-la a seu sucessor;

XLII, portar a arma sempre no coldre, mantendo atenção para que o fecho de vigilância do mesmo permaneça sempre trancado;

XLIII, adotar todas as precauções e cuidados, independentemente do manuseio do armamento, de acordo com as orientações e determinações;

XLIV, não permitir a fixação de perfumes, colônias, roupas ou qualquer outro acessório nos muros, paredes, pilares, vidros, janelas ou qualquer superfície, sem a prévia autorização da Contratante;

XLV, não permitir o uso de instrumentos, artefatos ou meios capazes de provocar poluição sonora a qualquer nível nas dependências das Unidades Beneficiárias sem a prévia autorização da Contratante;

XLVI, verificar se as portas e janelas estão fechadas; verificar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções ao contrário;

XLVII, seguir a portaria de pessoas nas repartições;

XLVIII, verificar se todas as demais luzes do prédio estão apagadas;

XLIX, manter suas empregadas diariamente uniformizadas e equipadas, de acordo com a função que desempenham e com o local onde irão desempenhá-la, observando as especificações técnicas relativas a uniformes e equipamentos constantes do *Forma de Referência*.

#### **Direitos do vigilante**

I.1. O vigilante deverá usar uniforme, somente quando em efetivo serviço.

I.2. É assegurado ao vigilante:

I. uniforme especial da empresa a que se vincular;

II. porte de arma, quando em serviço;

III. prêmio especial por ato decorrente do serviço;

IV. seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.



### **Utilização obrigatória do uniforme**

**8.8.** O vigilante deverá usar uniforme, somente quando em efetivo serviço.

**8.8.1.** A distribuição dos uniformes, materiais e equipamentos para vigilantes estarão das especificações técnicas determinadas neste *Termo de Referência*.

**8.8.1.1.** A Contratada não poderá repassar os custos com os uniformes, materiais e equipamentos para seus empregados.

**8.9.** Apresentar à Administração a relação de armas e cópias autenticadas das respectivas "Registo de Arma" e "Porta de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Pontos;

**8.10.** Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Pontos;

**8.11.** Oferecer assistência de procedência de fabricação, não sendo permitida em hipótese alguma, o uso de munições estrangeiras;

**8.12.** Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Pontos, sob regimes contratados, obedecendo as disposições da legislação trabalhista vigente;

**8.13.** Apresentar anexo de antecedentes criminais e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da Administração;

**8.14.** Elencar a reposição da mão-de-obra nos Pontos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobras);

**8.15.** Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões exigidos, para atender eventual necessidade solicitadas pela Administração, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou reassumida nas instalações da mesma;

**8.16.** Atender de imediato às solicitações quanto a substituições de mão-de-obra, qualificada ou atendida como inadequada para a prestação dos serviços;

**8.17.** Incluir no seu preposto quanto à responsabilidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

**8.18.** Reforçar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Pontos das instalações onde houver prestação dos serviços;

**8.19.** Os supervisores de contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os Pontos no mínimo 01 (um) vez por semana, em dias e períodos (turno) 07h (2h) e retorno 15h20h (3h) alternados;

**8.20.** A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema. Dos Equipamentos e Material;

**8.21.** O teste à prova de balas será de uso individual, nível AB, conforme regulamentação do Ministério do Exército, de tamanho adequado ao usuário;

**8.22.** Toda munição manuseada deve ser substituída por munição nova, acondicionada na embalagem original, a cada 6 (seis) meses e as lâmpadas que pertencem aos equipamentos acondicionadas, na embalagem original, deverão ser substituídas dentro de 12 (doze) meses;

**8.23.** Todas as armas deverão ser revisadas por pessoas ou empresas especializadas, no mínimo a cada 6 (seis) meses, em sistema de rotativo, cuja escala deverá ser aprovada pelo fiscal da UTRN;

**8.24.** A Contratada deverá fornecer os uniformes, materiais e equipamentos listados no Anexo "Da



Exatidão das "Técnicas" nos Termos de Referência.

#### **Sistema de controle dos serviços**

8.25. A Contratante implementará o sistema de controle dos serviços utilizados pela Contratada, em que serão registradas todas as ocorrências e observações, cujo relatório deverá ser assinado por profissional da Contratada e por servidor designado pela Contratante, além de informar à Diretoria de Segurança Patrimonial sobre quaisquer ocorrências envolvendo o patrimônio.

#### **Disposições gerais**

8.26. Sempre que a prestação do serviço por determinado funcionário for subestimada ou inadequada, a Contratada, notificada sobre o assunto, deverá providenciar a substituição deste funcionário ou o devido treinamento, a fim de suprir as faltas apontadas.

8.26.1. Qualquer que seja a situação adotada pela Contratada, o fluxo resultante será sempre seu e a prestação do serviço jamais poderá ser interrompida.

#### **6 - Dos Insumos na Composição do Preço**

##### **6. Disposições relativas aos Insumos na Composição do Preço.**

6.1. - As planilhas deverão apresentar Planilhas de Custos e Formação de Preço (ANEXO VI do edital), nos moldes das Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG, de 30/04/2008, com base nas condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho vigente no Estado do Rio Grande do Norte à época da apresentação da proposta comercial relacionada aos profissionais que exercem suas atividades nas dependências da UFRN, devendo ser considerado como salário profissional o contido na CCT, sob pena de desclassificação da proposta.

##### **Sugestão de fórmulas para elaboração da planilha de custos e formação de preço.**

##### **6.1.1. SUGESTÃO DE FÓRMULAS A SER APLICADAS NA ELABORAÇÃO DAS PLANILHAS:**

##### **6.1.1.1. QUANTIDADE (MÉDIA) DE SEMANAS POR MÊS: 4,35.**


6.1.1.1.1. Confirme a seguinte demonstração: Semanas Ano ÷ Meses Ano = 52 ÷ 12 = 4,333 → 4,35

##### **6.1.1.2. QUANTIDADE DE HORAS MENSAIS TRABALHADAS NA ESCALA DE 44 HORAS SEMANAIS: 191,40.**

6.1.1.2.1. Demonstração: Horas Semanais x Média de Semanas por mês = 44 x 4,35 = 191,40.

6.2. Na planilha total proposta deverão estar incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, ambientais, seguros, impostos, taxas, contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas, lucros, insumos e demais despesas obrigatórias constantes do Ato de Convocação ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias profissionais vigentes no Estado do Rio Grande do Norte.

6.3. Os custos decorrentes da concessão de vale transporte, ou de meios de transporte próprios ou contratados, oferecidos à disposição dos empregados, vale alimentação, refrição e demais encargos e tributos deverão obedecer ao Ato de Convocação ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias profissionais, vigentes no Estado do Rio Grande do Norte e a legislação em vigor, devendo ser considerados na elaboração da planilha de custos e formação de preço, obrigatoriamente, 11 (onze), 15 (quinze) ou 26 (vinte e seis) dias trabalhados por mês, de acordo com o tipo e carga horária do posto de trabalho.



9.4. Os vales transporte deverão ser fornecidos pela Contratada no valor referente ao horário de cada empregado para o seu deslocamento (solidariedade-estudo e vice-versa), conforme pareceres aprovados pelo empregador, em quantidade proporcional aos dias trabalhados. Para a promoção da liberdade na elaboração e julgamento das propostas apresentadas, deverá a licitante, tomar como base o valor unitário da tarifa de passagem urbana vigente na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, calculado conforme segue: 11, 15 ou 20 dias x 2 x R\$ 2,50, na disponibilidade por mês na forma estabelecida nos arts. 2º e 4º do Decreto 95.247/1987. Nos casos em que se verifiquem o fornecimento de refeições pelo empregador ou o fornecimento de Auxílio-Alimentação, não será admitida a apropriação de vales transporte para o intervalo destinado as refeições, em conformidade com o estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

9.5. Caso exista condição para o fornecimento de vales transportes diferente da situação acima exposta, regulamentada em Convenção Coletiva de Trabalho, para as categorias funcionárias que labutam com jornada de 44 horas semanais, prevalecerá a da Convenção.

9.6. O valor dos vales-alimentação/refeição a ser considerado para as categorias profissionais deverá obedecer ao estabelecido em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo vigente no Estado do Rio Grande do Norte.

9.7. Não será admitida que os valores relativos as contribuições dos encargos sociais (tais como INSS, SEFII ou SENAC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Família, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho-SAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros), informados nas planilhas, sejam calculados em percentuais inferiores aos estabelecidos na legislação vigente.

9.8. As alíquotas dos tributos deverão ser calculadas de acordo com a natureza de cada item, obedecendo ao regime de tributação específica, observada a legislação vigente, em especial as Instruções Normativas editadas pela Secretaria.

9.9. O fornecimento das uniformes deverá ser sempre efetuada, na presença do Gestor do Contrato, ocorrendo no início do contrato e a cada 04 (quatro) meses independentemente do estado em que se encontrem, devendo os mesmos serem novos ou quantidade mínima de 02 (dois) peças de uniforme por pessoa.

9.10. A Contratada deverá fornecer, além de tudo de obra entregue a disposição das Unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, os equipamentos necessários para a execução dos serviços de vigilância, conforme discriminados no item "Das Especificações Técnicas" deste **Termo de Referência**.

9.11. Para prestação dos serviços, a relação básica das ferramentas e equipamentos poderá sofrer supostos ou omissões de itens, bem como dos quantitativos durante a vigência do contrato, e quando da solicitação formal do gestor do contrato. A empresa licitante poderá especificar de modo amplo e preciso outros equipamentos e ferramentas a serem utilizados nos serviços, na eventualidade de ter ser utilizados os objetos da listação. Admitir-se-á a utilização de máquinas e equipamentos que propiciem ganhos de produtividade.

9.12. A questão dos lucros brutos é tratada neste **Termo de Referência**, no item que dispõe sobre a conveniência para a entrega de encargos trabalhistas.

## 10 - Das Condições de pagamento

### 10. Disposições relativas às Condições de Pagamento

10.1. A Contratante só pagará à Contratada pelos serviços efetivamente executados nos termos estabelecidos no edital do presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de natureza contratual.

10.2. Os pagamentos serão efetuados, mensalmente e em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após a apresentação das Notas Fiscais devidamente autuadas pela fiscalização de que os serviços foram executados, sendo atendida a relação de itens dos tributos e contribuições devidos na legislação aplicável.

10.2.1. As Notas Fiscais, devidamente autuadas pelo fisco, e os demais documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento deverão ser entregues exclusivamente à Diretoria de Gestão e Fiscalização de

## Contratos

10.1.1. Do valor fixado será retida na fonte o valor correspondente ao Imposto Renda e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, conforme art. 36, da Lei nº 8.430/1992 e DN SRF nº 338/2002.

10.2. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante caso de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e nos artigos 112, 113, 117 e 118, da RN - RFB nº 271/2003, a Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional, que porventura venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar de mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 36, inciso II e art. 31, inciso II, da LC nº 123/2006.

10.4. O Setorante optante pelo Simples Nacional, que porventura venha a ser contratado após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar copia dos livros, com comprovantes de entrega e recebimento, formalizando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante caso de mão de obra (situando que gera validade a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei nº 123/2006.

10.4.1. Caso o Setorante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a avaliação de risco, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.5. Vencendo-se a Carteira Negativa de Débito - CND, expedida pelo DSS, e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FORTS - CRS, expedido pela CEF, a Contratada deverá anexar à Nota Fiscal futura as cópias devidamente atualizadas.

10.5.1. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de regularização da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive a apresentação da documentação dos serviços executados.

10.5.2. Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de reaver o pagamento devido à CONTRATADA, se importâncias correspondentes a multas, faltas ou débitos a que, porventura, tiver dado causa.

10.5.3. O pagamento só será liberado mediante o atendimento das metas estabelecidas no Termo de Acordo de Nível de Serviço e nos instrumentos de fiscalização e medição da qualidade definidos neste Termo de Referência.

10.6. A Contratada deverá efetuar os pagamentos dos salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços, inadiantadamente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, e, somente, até o último dia do mês, auxílio-alimentação e vale-transporte correspondentes ao mês seguinte, ou fornecer transporte próprio que atenda os respectivos deslocamentos.

10.6.1. Pagamentos dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados.

10.7. As finanças deverão corresponder à efetiva prestação dos serviços do mês de competência.

10.8. A Contratada deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução, para que haja o acerto do faturamento, e deverá estar acompanhado da documentação descrita nos subitens subsequentes:

10.8.1. Folha de Pagamento Analítica, referente ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados que atuam nesta Instituição, mesmo que, transitoriamente, em substituição à mão de obra fixa;

10.8.2. Comprovante de quitação da Folha de Pagamento, emitido pela instituição financeira responsável

por crédito em conta corrente do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data de expedição e valor atualizado.

**10.3.3.** Outras formas de comprovação de quitação da Folha de Pagamento serão aceitas pela Faculdade, a fim de se assegurar a idoneidade das informações apresentadas, podendo ser determinadas a critério da administração docente ou sobrinha jurídica.

**10.3.4.** Comprovação de pagamento dos valores-diferença e valor transporte de valores os empregados que atuaram nesta instituição, mesmo que, transitoriamente, em substituição a não-de-olus futuros, referente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços.

**10.3.4.1.** Por ocasião da apresentação da primeira nota fiscal, a empresa deverá comprovar o pagamento dos benefícios referentes ao mês da prestação dos serviços.

**10.3.4.2.** A prova de pagamento dos valores-diferença e valor transporte poderá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado, ou por documento emitido por administradores de cartões de crédito, assinado pelo seu responsável em todas as páginas. A relação ou o documento deve estar organizado alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento dos benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores periódicos.

**10.3.5.** Cartão Negativo de Débitos das Contribuições Previdenciárias, Cartão Conjunto de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS.

**10.3.5.1.** A não apresentação das certidões supramencionadas acarretará a postergação do pagamento até a regularização da situação da empresa frente ao Fisco. A manutenção dessas emissões, ou a correção reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, permitirá a notificação do fato à autoridade fiscalizadora competente e a rescisão contratual, respaldada a artigo de lei, em face de violação da transação do contrato e a última a regra estabelecida no art. 35, inciso XII, da Lei n.º 8.666/1993.

**10.3.6.** Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, referente ao mês da prestação dos serviços, representada e acompanhada pela seguinte documentação:

**10.3.6.1.** Cópia da Guia de Previdência Social, com identificação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou de comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado;

**10.3.6.2.** Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com identificação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou de comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado do GRF;

**10.3.6.3.** A cópia da GRF que a GRF encaminhada será verificada a partir da verificação da rubrica de dados da Guia de Recolhimento do FGTS e depois emitida nas páginas correspondentes do arquivo GRF.

**10.3.6.4.** A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos débitos referentes ao FGTS e das manifestações das contribuições previdenciárias dos empregados.

**10.5.** Os valores devidos da Contratada referentes às províncias com férias e abono de férias 12º salário, multa do FGTS, à incidência do grupo A da Previdência Social e Formação de Propos, Anexo IX do Edital, sobre os valores de 12º salário e férias e os valores correspondentes ao potencial de lucro proposto, serão liberados somente quando da ocorrência das justificativas trabalhistas, com prova documental da Contratada, nas seguintes condições:

**10.5.1.** parcial e imediatamente, pelo valor correspondente aos 12º salários, quando devidos;

**10.5.2.** parceladamente, pelo valor correspondente ao 12º e ao 13º de férias, quando dos parcelas de férias dos empregados vinculados ao contrato;

10.3.3, proporcionalmente, pelo valor correspondente aos 13% salariais proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória percentual devida sobre o FQTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;

10.3.4, ao final de vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e

10.3.5, o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

## 11 - Das Juras Mensáteis

### 11.1 Disposições relativas às Juras Mensáteis:

11.1.1. Caso a Contratante efetue o pagamento, desde que a Contratada não tenha ocorrido de alguma forma por parte do valor devido deverá ser acrescido juros de mora, calculados à taxa de 9% (nove por cento) ao ano, desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = J \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos mensais;

$J = (TX / 100) / 365$ , onde

J = Índice de qualificação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

N = Número de dias entre a data prevista de pagamento e data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

### 11.2 Da Conta Vinculada para a Quitação dos Encargos Trabalhistas

#### 11.2.1 Disposições relativas à Conta Vinculada para Quitação dos Encargos Trabalhistas:

11.2.1.1. As provídes realizadas pela Contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas referentes à mão de obra da Contratada, prestadora de serviços de forma exclusiva em regime de dedicação exclusiva, serão depositadas no valor mensal de contrato e depositadas em conta vinculada em instituição bancária oficial, licenciada para movimentação e aberta em nome da empresa Contratada.

11.2.1.2. Serão retidas da Contratada, em conta vinculada, as taxas relativas às provídes de férias e 1/3 constitucional de férias, 13º salário, multa do FQTS e impacto sobre férias e 13º salário, em conformidade com o previsto no art. 19-A da Instrução Normativa 22/2008 - S/TL/STPQ e em consonância com a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

11.2.1.3. Os valores serão liberados quando apresentada a comprovação do pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados relacionados na execução dos serviços.

11.2.1.4. Os valores previdenciários serão abatidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da Contratada.

11.2.1.5. Os valores referentes às provídes de encargos trabalhistas, depositados na conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação, deverão ser sempre o valor mensal devido à empresa.

11.2.1.6. O saldo total da conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação, será liberado para a Contratada, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, ocorrendo ou não desligamento dos empregados.

11.2.1.7. A movimentação da conta vinculada far-se-á mediante autorização da entidade ou órgão Contratante, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

11.2.1.8. O montante do depósito vinculada será igual ao somatório dos valores das seguintes provídes:

12.5.1. 13ª férias semestrais salariais;

12.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

12.5.3. multa sobre o FGTS e contribuição social para os benefícios sem justa causa;

12.5.4. encargos sobre férias e 13ª férias semestrais salariais.

12.6. O órgão ou entidade contratante deverá firmar acordo de cooperação com instituição bancária, a qual disponibilizará os recursos para a abertura da conta depósito vinculada.

12.7. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o órgão ou entidade contratante e a empresa vencedora do certame será precedida das seguintes atos:

12.7.1. Solicitação do órgão ou entidade contratante, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada destinada para movimentação, no nome da empresa;

12.7.2. Assinatura, pela empresa contratada, no ato da regularização da conta depósito vinculada, de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao contratante ter acesso aos saldos e extratos, e viável a movimentação dos valores depositados à disposição da Administração.

12.8. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice de poupança ou outro definido no acordo de cooperação.

12.9. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 12.2, depositados na conta vinculada deverão ser depositados e valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

12.10. O montante de que trata o artigo 2º do presente instrumento, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato.

12.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização da Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

12.11.1. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar ao contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e suas respectivas prazos de vencimento.

12.11.2. A Contratante expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos dados, a autorização para a movimentação, encaminhando e solicitando autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.

12.11.3. A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta depósito dos trabalhadores beneficiários.

12.11.4. A empresa deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de três dias, o comprovante da transferência bancária realizada para a quitação das obrigações trabalhistas.

12.12. O saldo remunerável da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na prestação do cálculo da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

12.13. Os valores provisionados para atendimento do item 12.3 serão discriminados conforme tabela abaixo:

Tabela: Percentual incidente sobre a remuneração

Item	Percentual
------	------------

13º Salário	8,33%
Férias e 1/3 de Férias	12,10%
Adicional de TGT5 Rescisão sem justa causa	5,00%
<b>Subtotal</b>	<b>25,43%</b>
Grupo A sobre Férias e 13º Salário	7,32%
<b>Total</b>	<b>32,75%</b>

12.14. As provisões previstas na IN SUTIS/POG nº 02/2004, art.19-A, são apuradas trimestralmente para provisionar a conta vinculada e ser depositada mensalmente, a saber: 12,1% para Férias; 8,33% para 13º salário; 5% de multa rescisória e a 7,32% da incidência do Grupo A sobre Férias e 13º salário.

12.15. A abertura e manutenção da conta-deposito vinculada – destinada para movimentação entre o-ções à cobrança de tarifas bancárias, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas, afiançada nos agêncios do banco e depositar-se no endereço eletrônico da Internet, na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

12.15.1. A inscrição da cobrança de tarifas bancárias poderá ser negociada entre as partes.

12.15.2. Os recursos atinentes a estes despesas serão debitados dos valores depositados.

## 17 - Das Obrigações da Contratante

### 17.1. Disposições relativas às Obrigações da Contratante:

#### Obrigações gerais

#### 17.1.1. A Contratante obrigava-se a:

I. **COBRAR** da Contratada a execução da parte do objeto empenhada nos termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em outro documento de natureza contratual;

II. **DESIGNAR** serviliter para a fiscalização da execução do objeto contratado, nos termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de natureza contratual;

III. **EMITIR** Nota de Empenho a critério da Contratada, no valor correspondente ao valor da parte do objeto contratado a ser executado;

IV. **EMITIR** a "carta de recebimento provisório" ou "carta de recebimento definitivo", nos termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de natureza contratual;

V. **ENVIAR** para Contratada a Nota de Empenho digitalizada, por e-mail ou, na falta desta tecnologia, enviá-la por outros meios que propiciem o registro do envio e recebimento, tal como fax ou via postal;

VI. **FISCALIZAR** a execução do objeto, nos termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de natureza contratual;

VII. **FIXAR** prazos para que a Contratada se adeque aos termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de natureza contratual, quando ocorrer eventual inadequação;

VIII. **FORNECER** as informações necessárias para que a Contratada possa executar o objeto nos termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de



natureza contratual;

**IX. IMPEDIR** que pessoa não autorizada execute o objeto contratado;

**X. NOTIFICAR** a Contratada, por escrito e imediatamente, sobre irregularidades, atrasos, riscos ou omissões na execução do objeto, para que ela se adapte aos termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de natureza contratual;

**XI. OBSERVAR** para que, durante a execução do objeto, sejam mantidas pela Contratada as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de presente pregão, inclusive as que concernem à compatibilidade com as obrigações ambientais;

**XII. PAGAR** a Contratada nos termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de natureza contratual;

**XIII. PACTUAR-SE** pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e pelos termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de natureza contratual;

**XIV. PERMITIR** o acesso do pessoal da Contratada às dependências da Contratante, para execução de item do objeto contratado;

**XV. PROPICIAR** o que for preciso, as condições necessárias para que a Contratada possa executar o objeto nos termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de natureza contratual;

**XVI. REJEITAR** a parte do objeto executado em desacordo com os termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de natureza contratual, ou rejeitar o todo se a parte em desacordo comprometer;

**XVII. SOLICITAR** a Contratada retificação da execução objeto executado em desacordo com termos estabelecidos no edital de presente pregão, ou nos respectivos anexos, ou em qualquer outro documento de natureza contratual;

**13.2.** A fiscalização exercida pela Contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, pela perfeita execução do objeto.

#### **Obrigações peculiares**

**13.3.** A Contratante obrigará-a a:

**I.** fornecer o Instrumento de Contrata e enviá-lo juntamente com o *Termo de Acordo de Nível de Serviço*, para que ambos sejam avaliados pelo adjudicatário;

**II.** adotar a substituição de funcionalismo que não estiver devidamente uniformizado ou identificado com o crachá uniformizado dentro das especificações visuais exigidas, que embargue ou dificulte a fiscalização, ou cuja permanência no local seja considerada inconveniente;

**III.** acompanhar o sistema de controle dos serviços utilizado pela Contratada, que funcionará de acordo com as disposições estabelecidas neste *Termo de Referência*;

**IV.** examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados à sua disposição, para comprovar a regularidade de função profissional;

**V.** exigir da Contratada o fornecimento de uniformes para os vigilantes colocados à sua disposição, de acordo com as especificações visuais estabelecidas neste *Termo de Referência*;

**VI.** exigir acesso de acesso imediato de todo o pessoal da Contratada, de acordo com as disposições estabelecidas neste *Termo de Referência*;

VII. exigir da empresa Contratada a apresentação do plano de curso e a realização dos cursos de atualização conforme previsto nesta *Turma de Referência*;

VIII. disponibilizar instalações sanitárias;

IX. disponibilizar vestiários com armários guarda-roupas;

X. criar local para guarda dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

#### **Verificações**

13.4. É vedado à Administração e servidores praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

I. invadir o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos superiores ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prevê a contratação direta, tal como nos serviços de recorte e apoio ao usuário;

II. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

III. interferir no exercício do devido de funções dos trabalhadores da Contratada, permitindo que eles executem atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação, em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

IV. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventual da própria órgão ou entidade contratada e pela contratação, especialmente para efeitos de concessão de diárias e passagens;

#### **Obrigações do gestor do contrato**

13.5. Considerando inadequada a prestação do serviço, o Gestor do Contrato notificará a Contratada sobre a inadequação e determinará prazo para que esta se adeque às exigências por ele apresentadas.

13.6. As Notas Fiscais, devidamente emitidas pelo fiscal, e os demais documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento deverão ser entregues exclusivamente à Diretoria de Gestão e Fiscalização de Contratos.

#### **14 - Das Obrigações da Contratada**

##### **14. Disposições relativas às Obrigações da Contratada.**

#### **Obrigações gerais**

##### **14.1. Das Obrigações Gerais**

14.1.1. Assinar e devolver o presente Instrumento de Contrato e o Termo de Acordo de Nível de Serviço, celebrado entre a Contratante e a Contratada, onde estão estabelecidos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço contratado e respectivas adequações de pagamento, em até 2 (dois) dias úteis após seu recebimento, conforme modelos previstos nos Anexos I e IV deste Edital;

14.1.2. Recomendar-se a realização do acesso diário ao e-mail da empresa, informado no SICAF – Sistema Integrado de Cadastro e Registro de Fornecedores do Governo Federal ou no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) quando da assinatura do contrato, e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas o recebimento das solicitações de providências enviadas eletronicamente pela UPRN;



14.1.3. Prestar os serviços, objeto deste contrato, conforme especificações e prazos indicados na solicitação supracitada;

14.1.4. Providenciar a imediata correção das distorções, falhas ou irregularidades apontadas pelas fiscalizações desta Comissão, referentes à forma de execução do objeto contratado, bem como ao cumprimento das demais obrigações previstas no Instrumento Convocatório;

14.1.5. Atender prontamente quaisquer exigências de documentação da Comissão, referentes ao objeto lido;

14.1.6. Fornecer sempre, a pedido que tiverem verificado os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprovem(s) todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como as que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

14.1.7. Prestar assinaturas que possibilitem o arquivamento das condições firmadas a partir da data da assinatura do presente Instrumento Convocatório;

14.1.8. Em havendo necessidade, ajustar-se ao que prescreve o art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, aceitar os acréscimos ou supressões nas quantidades que se devam, indispensáveis, sempre nas mesmas condições lidas;

14.1.9. Responder os eventuais prejuízos causados à Comissão, caso a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente Contrato;

14.1.10. Manter durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

14.1.11. Manter, sempre atualizado o seu endereço, telefonia, e-mail e outros meios de contato junto à Comissão;

14.1.12. Manter sede, física ou eletrônica no local de prestação de serviços, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da UERN, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados;

14.1.13. Vigiar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a criação do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

14.1.14. Vigiar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas de Previdência Social e do Brasil do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

14.1.15. Apresentar garantia de execução de contrato nos termos previstos neste Contrato;

14.1.16. Manter índices de empregados compatível com a quantidade de serviços a serem prestados;

14.1.17. Fixar o domicílio habitual dos empregados terceirizados na cidade ou na região metropolitana de Natal;

14.1.18. Autocotar a abertura de conta vinculada ao contrato de prestação de serviços, nos termos das Instruções Normativas S/T/MPOG nº 12/2008;

14.1.19. Assumir o repasse direto aos trabalhadores da remuneração mensal (R\$) paga pela comissão, quando houver restrição de liberação por indisponibilidade ou não apresentação de recibos pela contratada;

14.2. O prazo para o início dos serviços é de 20 (vinte) dias contados a partir do início da vigência do contrato, podendo a critério da administração, ser prorrogado por até mais 20 (vinte) dias;

## Quanto à prestação dos serviços

### 14.3. Quanto à prestação dos serviços

14.3.1. Cumprir fielmente as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Acordo de Níveis de Serviço, sempre no prazo, de modo que os prazos estabelecidos os serviços sejam executados nos termos e nas especificações aqui previstas;

14.3.2. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração da Contratada;

14.3.3. Respeitar e fazer com que o pessoal respeite a legislação sobre segurança e medicina do trabalho e sua regulamentação bem como normas, regulamentos e disciplinas em vigor na Contratada;

14.3.4. Prestar os serviços dentro dos padrões e normas estabelecidas, fornecendo Equipamentos de Proteção Individual em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações emitidas pela boa prática, normas e legislação;

14.3.5. Ronda motorizada consiste na utilização de viaturas, fornecida pela UFRN, composta de equipe formada por 2 (dois) vigilantes da empresa Contratada, sendo no mínimo 1 (um) deles terá que ter habilitação para condução de veículo automotor, específica para realizar o patrulhamento em setores pré-definidos pela Administração da UFRN, além de fornecer a disposição para o atendimento das diversas ocorrências em apoio à Diretoria de Segurança Patrimonial - DSP da UFRN;

14.3.5.1. Os veículos automotores utilizados nas rondas corresponde as viaturas existentes na Diretoria de Segurança Patrimonial - DSP ou outro veículo compatível disponibilizado pela respectiva Diretoria;

14.3.5.2. A realização da Ronda motorizada em Viaturas Veículo automotor fornecida pela UFRN, quando houver autorização da Diretoria de Segurança Patrimonial, será conduzida por vigilante CONTRATADO devidamente habilitado;

## Quanto à mão de obra

### 14.4. Quanto à mão-de-obra

14.4.1. Utilizar mão-de-obra devidamente habilitada, (a comprovação deve constar em currículo profissional ou certificado pelo sindicato da categoria), para a execução dos serviços, de idoneidade moral comprovada, que não tenham sido condenados, poderá ser acusada pela Contratante;

14.4.2. Recrutar, selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, conforme estabelecido no Termo de Referência, examinando cuidadosamente portadores de atestados de boa conduta e demais referências, sendo funções profissionais legalmente registradas em seus carteiros de trabalho;

14.4.2.1. A Contratada se compromete a não recrutar empregados que seja familiar de agente público para prestar serviços no órgão ou entidade em que o referido agente exerce cargo em comissão ou função de confiança, conforme determinação contida no art. 7º do Decreto Federal nº 7.202/2010;

14.4.3. A Contratada deverá apresentar e cumprir o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, elaborado por profissional qualificado na área de saúde e segurança do trabalho, relativo às atividades a serem desenvolvidas por seus funcionários nos ambientes laborais da UFRN, respeitando as exigências da Norma Regulamentadora 9 - NR9, Portaria 3.214/78;

14.4.4. A Contratada se obriga a cumprir o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, elaborado por Médico do Trabalho, visando as exigências da Norma Regulamentadora - NR7, instituída pela Portaria 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego;

14.4.5. A contratada deverá aplicar Ordem de Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho e suas



funcionários, apresentando ao Gestor do Contrato uma cópia deste documento com assinatura de todos os funcionários, de acordo com o previsto na NR01, Portaria 3.214/78.

14.4.6. A Contratada se obriga a elaborar anualmente o Plano de Capacitação e Aperfeiçoamento dos funcionários ligados aos diversos setores da Contratante, o qual deverá ser apresentado à Procuradoria de Administração e aprovado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, devendo nele constar cronograma e especificação dos cursos a serem ministrados, os quais devem ocorrer tanto entre os níveis de graduação e pós-graduação, como também sobre relações interpessoais e autoconhecimento psicológico dos indivíduos. A Contratada deverá, após a formulação desse Plano, consultar a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP sobre as necessidades da Contratante.

14.4.7. A Contratada se obriga a elaborar e implementar o treinamento e capacitação em saúde e segurança do trabalho adicional, com carga horária mínima de 4 horas, com registro nominal assinado e assinado do treinamentos, sempre que admitir novo funcionário para trabalho nos ambientes da Instituição. A Divisão de Higiene, Medicina e Segurança do Trabalho - DQSMT, vinculada ao Departamento de Assistência ao Servidor - DAST/PROGESP poderá auxiliar nas capacitações. Uma cópia do registro dos treinamentos será encaminhada pela contratada ao Gestor do contrato.

14.4.8. Manter quadro de reserva dos profissionais envolvidos, com pessoal igualmente instruído e capacitado, conforme diretrizes do Acordo de Níveis de Serviço, Anexo III do Edital, para atender eventualidades substituições em caso de falta, folga, férias etc.

14.4.9. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da mão-de-obra necessária a prestação e execução dos serviços contidos no presente Termo de Referência.

14.4.10. Deverão ser fornecidos pela contratada, em perfeito estado de uso, todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, previstos na PPRA, sendo exigido pelo empregador do pessoal o uso dos. Uma cópia do registro nominal de distribuição e treinamento para o uso dos, guarda e conservação, enviada à Divisão de Higiene, Medicina e Segurança do Trabalho - DQSMT, vinculada ao Departamento de Assistência ao Servidor - DAST/PROGESP. Todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs deverão possuir Certificado de Aprovação - CA, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, gravado na superfície do equipamento em caracteres indeletáveis.

14.4.11. A Contratada obriga-se a manter seus empregados durante a execução dos serviços devidamente uniformizados com seus padrões próprios e de acordo com o exigido pela legislação instituída (códica, leis, normas, portaria especial, etc.), devidamente identificados através de crachá, com fotografia recente, e providores dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's.

14.4.12. Manter devidamente os funcionários uniformizados, dentro das especificações quanto às distinções entre o Termo de Referência.

14.4.13. Os quantitativos dos materiais, equipamentos e uniformes serão devidamente discriminados neste Termo de Referência, no âmbito que dispõe sobre as especificações técnicas.

14.4.14. Nenhum empregado poderá exercer sua atividade sem que nos Cartões de Saúde e de vacinas estejam devidamente atualizados.

14.4.15. A Contratada deverá instruir seus empregados quanto à prevenção de acidentes nos locais de Administração da Contratante, devendo ser observada a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e ferramentas, objetivando a correta execução dos serviços.

14.4.16. Fazer seguir de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, assumindo todos as responsabilidades e tomar as medidas necessárias no atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus empregados.

14.4.17. Não destinar mão-de-obra destinada aos serviços contratados para outros serviços da Contratante que não sejam as expressas nas especificações estabelecidas nos anexos, ressalta, em caso de descumprimento, a multa de 2% (dois por cento) da folha mensal dos serviços por empregado dedicado.



14.4.18. Não permitir que seja cumprida por seus empregados, jornada de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, respondendo pelo prejuízo e arcando com as férias que eventualmente tal seu passa cumprir;

14.4.19. A Contratada obrigará-se a promover a substituição imediatamente da mão-de-obra considerada ineficiente, quando solicitado pela Contratante, com o fim de evitar paralisação, no todo ou em parte, dos serviços;

14.4.20. A Contratada obrigará-se a promover a substituição da mão-de-obra fadada no prazo máximo de 02 (duas) horas quando solicitado pela unidade beneficiária, ficando entendido que a Contratante se reserva o direito de descontar da futura mensalidade período correspondente às horas não trabalhadas;

14.4.21. A Contratada deverá implantar e manter, sob a forma mecânica ou eletrônica, sistema próprio de controle de frequência dos seus funcionários envolvidos na prestação do serviço objeto desta contratação, cabendo-lhe entregar mensalmente à Contratante as relatórios preenchidos com todas as informações geradas pela referida sistema;

14.4.22. Fornecer as armas, munições e respectivos acessórios aos vigilantes, em perfeito estado de funcionamento, no momento da implantação dos postos, além do fornecimento das armas e munições, bem como apresentar à Contratante a relação de armas e cópia autenticada do respectivo "Registro de Arma" e "Ficha de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra no posto;

14.4.22.1. A munição fornecida deverá ser ORIGINAL, não sendo permitida, em hipótese alguma, o uso de munições reprocessadas;

14.4.23. Apresentar arquivo de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da Contratante;

14.4.24. Fornecer, juntamente com o material necessário, rádios de comunicação (duas unidades), utilizando na execução dos serviços código de rádio, devidamente regularizado pelo Ministério das Comunicações, tratando a Contratante informado quanto à frequência autorizada, capacidade instalada e tipo de equipamentos em uso, na realização dos rotinas diárias;

14.4.25. Efetuar reposição da mão-de-obra nos postos, em caráter IMEDIATO, em eventual ausência, não sendo permitida a prerrogativa de jornada de trabalho (dobras);

14.4.26. Orientar aos funcionários que a arma ou qualquer deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou da terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os meios para a solução de eventual problema;

14.4.27. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências da UFRN, bem como dos postos de trabalho, comunicando qualquer alteração;

14.4.28. Indicar, para os locais onde prestar vigilância, o Plano de Segurança, contendo, no mínimo:

I. Sistema de controle interno;

II. Rotina armada;

III. Armas e munições (normas e procedimentos para uso de armas);

IV. Sistema de comunicação (normas de uso de rádios);

V. Prever procedimentos de primeiros socorros;

VI. Aspectos de defesa civil, tais como: plano de chamado e/ou convocação para situações de emergência e ou calamidade pública, procedimentos em caso de sinistro;



14.4.29. Não permitir que seus funcionários exerçam qualquer outra atividade durante o horário em que estiver prestando o serviço.

### **Garanta aos encargos Sociais**

#### **14.5. Quanto aos encargos sociais:**

14.5.1. Compreender, interpretar, e aplicar as obrigações tributárias, previdenciárias, sociais, comerciais e legais, sobretudo o recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social) acompanhados da respectiva falta de pagamento pertinente aos seus empregados disponibilizados para prestar os serviços, sob o ônus da percepção mensal de valores fixados.

14.5.2. A relação de encargos e obrigações da Contratada é meramente exemplificativa, não excluindo as demais decorrentes do contrato e de suas anexos ou de leis, regulamentos em vigor ou de outros que possam prevaler os legítimos interesses da Contratante.

14.5.3. A Contratada obriga-se, independentemente do pagamento de suas próprias contribuições contra a Contratante, pagar a seus empregados até o 15 dia do mês subsequente, conforme legislação em vigor, e no local de trabalho dos mesmos, através de contas bancárias, ou por outros recursos em espécie, não sendo autorizado o deslocamento para locais de recolhimento que não os indicados previamente, salvo se a não-disponibilidade for reposta durante o deslocamento.

14.5.4. A Contratada obriga-se, de forma obrigatória, a fornecer mensalmente aos seus empregados afilhados na execução dos serviços, objeto da presente licitação, valores referentes ao transporte de valor referente ao transporte de cada empregado para e seu deslocamento (residência-trabalho e vice-versa), conforme pesquisa comprovada pelo empregado, em quantidade proporcional aos dias trabalhados.

14.5.4.1. No caso dos serviços a serem prestados nos veículos acionados conforme quantitativos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços, Anexo VI de Edital, os custos decorrentes da utilização de valores transporte ou de meios próprios ou contratados de transporte: cobrados e disposição dos empregados, valores-alimentação-refeição e demais encargos e tributos deverão observar ao Acordo, Convenção ou Disputa Coletiva de Trabalho das categorias profissionais vigentes no Estado do Rio Grande do Norte e a legislação em vigor, devendo ser considerada na formação das planilhas de custos e formação de preços, obrigatoriamente, 11, 13 ou 26 (vinte e seis) dias trabalhados por mês, conforme escala do Plano de Trabalho.

14.5.4.2. Os valores transporte deverão ser fornecidos pela Contratada no valor referente ao número de cada empregado para e seu deslocamento (residência-trabalho e vice-versa), conforme pesquisa comprovada pelo empregado, em quantidade proporcional aos dias trabalhados. Para a promoção da isonomia na elaboração e julgamento das propostas apresentadas, deverá o licitante, tomar como base o valor unitário da tarifa de passagem urbana vigente na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, calculado conforme segue: 11, 13 ou 26 dias x 2 x R\$ 2,50 ou disponibilizar por mês na forma estabelecida nos arts. 2º e 4º do Decreto 95.247/1985.

14.5.4.2.1. Nos casos em que não se verifique o fornecimento de refeições pelo empregador ou o fornecimento da Alimentação, será admitida a apropriação de valores transporte para o intervalo destinado as refeições, em conformidade com o estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

14.5.4.3. Caso exista condição para o fornecimento de valores transportes diferente da situação acima exposta, contemplada em Convenção Coletiva de Trabalho, para as categorias funcionais que laborem com jornada de 44 horas semanais, prevalecerá a da Convenção.

14.5.5. As demais situações não enquadradas nos dispositivos do subitem anterior, deverão ser comprovadas, sendo tratadas durante a execução do presente contrato.

#### **14.6. A Contratada obriga-se, ainda, a:**



14.6.1. Responsabilizar-se por acidentes na execução dos serviços, bem como pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros independentemente de sua culpa ou dolo.

14.6.2. Assumir a reparação física aos danos de todo e qualquer prejuízo que a Contratada venha a causar direta ou indiretamente a bens e/ou pessoal da Contratante.

14.6.3. Realizar todas as despesas com o conserto de instalações e equipamentos de propriedade da Contratante que comprovadamente decorram de uso inadequado ou negligência por parte da Contratada ou de seus empregados.

14.6.4. Realizar o controle, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a quantidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências tardias, a fim de comprovar a real existência dos serviços e custeio do turno, utilizando registro de ponto (digital ou não), e emitindo relatórios mensais de frequência dos funcionários.

14.6.5. O controle e o acompanhamento da carga horária utilizada na prestação dos serviços será de inteira responsabilidade da Contratada, cabendo exclusivamente a ela o suprimento e a substituição de profissionais nas ausências de férias, férias, licença médica, interrupção no cumprimento da carga horária ou de alguma solicitação, devolução de profissionais etc., independentemente dos motivos.

14.6.6. Cabe à Contratada atender prontamente a quaisquer exigências de fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que isso decorra qualquer ônus para a UFRN, não implicando a atividade de fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e/ou ocorrência desta, tampouco a responsabilidade da UFRN.

14.6.7. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, fiscalizando e orientando a atuação necessária aos respectivos profissionais. Estes encarregados terão a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pela administração dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas.

14.6.8. A Contratada deverá manter sedados junto à Administração, durante os turnos de trabalho, pessoas capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

14.6.9. Manter a Contratante a salvo de qualquer queixa, reivindicação ou reclamação de seus empregados ou terceiros em decorrência da prestação dos serviços contratados.

14.6.10. Fica entendido que todos os empregados da Contratada ficam exclusivamente sob sua supervisão e controle, sendo, portanto, a mesma, única e exclusiva empregadora para todos os efeitos legais e contratuais.

14.6.11. Promover avaliações periódicas, junto às unidades beneficiárias dos serviços, do desempenho funcional dos seus empregados, promovendo as melhorias necessárias ao Termo de Referência;

14.6.12. As avaliações de que trata o item acima, independe das encaminhadas mensalmente pelos responsáveis de cada unidade beneficiária, do Termo de Referência;

14.6.13. Promover, periodicamente, cursos de treinamento de todo pessoal envolvido na prestação dos serviços contratados, visando à melhoria contínua neste Termo de Referência;

14.6.14. Realizar Exames Médicos obrigatórios anualmente com todo pessoal, primordialmente o Exame Adicional, antes que os profissionais assumam suas funções;

14.6.15. Manter uma equipe técnica de desenvolvimento e seleção de pessoal, assim como proporcionar acompanhamento pós-emprego, de seus profissionais na sede da empresa;

14.6.16. A Contratada é responsável pela execução do contrato, não podendo em hipótese alguma, sublocar os serviços para terceiros, sob pena de sanções administrativas e de ordem legal;



14.6.17. A Contratada deverá elaborar o Termo de Vistoria Diário, onde serão registradas e avaliadas todas as falhas e assuntos relacionados à execução dos serviços, a qual deverá ser submetida à avaliação e aprovação da fiscalização da Contratante;

14.6.18. A Contratada deverá oferecer garantia, no prazo de até 10 (dez) dias após o data da assinatura do contrato, no percentual de 2% sobre o valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no "caput" e 1.º do Art. 36, da Lei nº 8.666/93;

14.6.19. A Contratada fica obrigada a manter em perfeita condição de conservação e funcionamento as instalações da Contratante onde serão executados os serviços contratados, cabendo à Contratada a máxima conscientização a fiscalização da Contratante de ocorrências de avarias não causadas por empregados seus;

14.6.20. A Contratada fica obrigada a manter durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação;

14.6.21. A Contratada deverá manter sempre atualizado o seu endereço, telefone, fax, e-mail e todos os dados junto à Contratante.

#### **Quanto aos critérios de sustentabilidade ambiental**

#### **14.7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

14.8. Os critérios e a equipe que prestar o serviço deverão ser instruídos sobre a importância dos princípios de sustentabilidade, nome nos seguintes que regem a interação do homem com a natureza em atividades produtivas, visto que os recursos naturais são finitos; quanto ao quadro social, com ênfase especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos.

#### **14.9. Aspectos relevantes a serem observados:**

I. Firmar com a Contratante Acordo de Nível do Serviço (ANS), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de licenciamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea;

II. A Contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o cumprimento as normas internas e de segurança e medidas de trabalho para seus empregados;

III. Não praticar quaisquer atos de discriminação de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa;

IV. É responsabilidade da Contratada a implementação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente;

V. É dever da Contratada a promoção de curso de educação, formação, atualização, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas ambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se presta o serviço;

VI. É obrigação da Contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com vítimas, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

VII. A Contratada deve atuar em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidas na prestação dos serviços;

VIII. A Contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.



IX. Se não admitir o uso de veículos eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa de Controle da Poluição por Veículos Automotores (PROCENVE)/Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos e Veículos Similares (PRONOT) a menos a insubstituível.

X. A Contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aplicação de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos. São a responsabilidade, incluindo as peças de metais pesados, óleo diesel, óleo e mercúrio.

XI. A Contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas em lanternas que contenham substâncias perigosas em sua composição.

XII. A Contratada deverá eliminar o uso de copas descartáveis na prestação de serviços nas dependências da órgão ou entidade.

XIII. É obrigação da Contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

XIV. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência do Contrato, sob pena de multa de respectiva fatura quando do não cumprimento.

## 15 - Da Fiscalização dos serviços

### 15.1 Das condições relativas à fiscalização dos serviços

15.1.1. Conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.665, de 21 de junho de 1993, art. 4º do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997 e art. 31 da IN nº 02/2008 – SLTI/MPOG, a Administração designará formalmente responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato cabendo, entre outras, as seguintes atribuições:

15.1.2. Os profissionais designados pela Administração terão poderes para representá-la, dirimir dúvidas relacionadas com a execução do Contrato, inclusive quanto ao cumprimento das atividades diárias, jornada de trabalho e utilização do crédito, respondendo perante as unidades da Universidade por todos os atos e fatos praticados ou omissões pelas empregadas contratadas;

15.1.3. Cabe à contratada assegurar todas as condições para viabilizar a fiscalização por parte da contratante, incluindo em locais previamente acordados com a Administração da UFRN os equipamentos e meios necessários para o efetivo acompanhamento da execução do contrato, tais como réguas de prumo, livro de registro de ocorrências e as exigências na legislação trabalhista;

15.1.4. Aos fiscais designados pela UFRN competirá dirimir as dúvidas que surgirem, podendo para tanto:

15.1.4.1. Ausiar providências necessárias para o bom andamento dos serviços junto à empresa Contratada e à Administração;

15.1.4.2. Solicitar à Contratada a substituição imediata dos empregados faltosos, não sendo permitida a interrupção da jornada de trabalho. Caso não seja providenciada a substituição, descontar os respectivos valores nas faturas de mês correspondente;

15.1.4.3. Elaborar relatório de acompanhamento mensal, registrando as ocorrências relativas aos serviços, o nome dos empregados faltosos (caso não houver reposição pela contratada), com o horário e o dia da falta, o número de reposições ocorridas no mês. As informações registradas e assinadas terão origem nos documentos das folhas mensais, com eventual penalidade à empresa Contratada, ou até mesmo para a rescisão do contrato;

15.1.4.4. Solicitar à empresa Contratada que substitua a mão de obra contratada como inadequada para a

prestação dos serviços no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

15.4.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais a transferir para Contratada;

15.4.6. Excluir quaisquer outras atribuições não previstas no item de desempenho dos serviços;

15.5. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização de execução do objeto contratado deverá assessorar a autoridade competente todas as ocorrências na execução dos serviços e dos fornecimentos contratados para que sejam lançadas no livro de ocorrência e tomadas as providências devidas;

15.6. As decisões e/ou providências que ultrapassarem a competência da UFRN e do propósito da Contrata, deverão ser levadas, por escrito, ao conhecimento da Pró-Reitoria de Administração da Universidade, em tempo hábil, para a adoção das medidas administrativas e técnicas a cada caso;

15.7. As ocorrências de descumprimento ou comprometimento imediato, irregularidades, faltas, inadequações, erros e omissões constatados pelos fiscais designados pela UFRN deverão ser registrados e comunicados, por escrito, à Contratada, fixando-se prazo para a sua correção, conforme ocorrência;

15.8. Para a execução das atividades, o profissional designado utilizar-se-á de instrumentos como reuniões, reuniões de avaliação semanal e mensais e/ou de visitas ao setor de serviços da UFRN;

15.9. As unidades beneficiárias do contrato, através dos fiscais responsáveis pelo acompanhamento da execução, enviarão à Diretoria de Gestão Fiscalização e Contratos, até o 5º dia útil do mês seguinte ao da realização dos serviços, as ocorrências e faltas verificadas no período e a avaliação dos serviços prestados, conforme instrução em sistemas próprios, para que sejam tomadas as providências devidas, de acordo com respectivas listas de serviço e lançamentos no Livro de Ocorrência do contrato, conforme determina o Art. 67, da Lei 8.666-93;

15.10. A contratada deverá emitir notas fiscais relativas aos serviços prestados, alternativamente, notas e dados pelo fiscal para acompanhar a execução dos serviços;

15.11. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base no Acordo de Nível de Serviço, nos termos previamente definidos no edital e pactuado pelas partes;

15.12. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a documentação dos seguintes aspectos:

15.12.1. os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de entrega e da qualidade demandada;

15.12.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidos;

15.12.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

15.12.4. a adequação dos serviços prestados à rotina do usuário beneficiário;

15.12.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato e

15.12.6. a satisfação do público usuário;

15.13. Na fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exige-se, dentre outras, as seguintes comprovações:

15.13.1. A prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme disposto no art. 191, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

15.14. Regularidade de FGTS, conforme as regras em vigor, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no instrumento contratual;

15.14.1. Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

15.14.2. Fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;

15.14.3. Pagamento de IP sobre o prazo previsto em Lei;

15.14.4. Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, no prazo e na forma da Lei;

15.14.5. Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

15.14.6. Encargos com o treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei;

15.14.7. Comprovação de encaminhamentos ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;

15.14.8. Cumprimento das obrigações relativas ao controle ativo, sendo ativo ou sempre relativo em diário ativo de trabalho; e

15.14.9. Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

15.14.10. A execução ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, deverá ocorrer quando o contratado:

15.14.11. não produzir os resultados, obter de resultados, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

15.14.12. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

15.14.13. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar outra ou a impossibilidade da empresa de corrigir a situação;

15.15. Quando da rescisão contratual, o Fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção de contrato de trabalho.

## 15 - Do Resultado Esperado

### 16. Das condições relativas ao resultado esperado

16.1. Com a contratação dos serviços de vigilância armada, objeto do presente *Termo de Referência*, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte deverá garantir a inalienabilidade física das pessoas e a integridade de patrimônio;

16.2. local ou nos prêmios sociais.

## 17 - Do Recebimento

### 17.1. Cláusulas relativas ao Recebimento

17.1. Os serviços listados, deverão ser realizados no local designado pela Unidade solicitante da Universidade



Federal do Rio Grande do Norte uma legião participante, com recursos, sempre que solicitado pela Contratada.

17.2. A Contratada deverá realizar o serviço listado, cumprir especificações e prazos indicados na Tabela supracitada.

17.3. Toda e qualquer área decorrente da execução de objeto, inclusive taxa, será de inteira responsabilidade da Contratada.

17.4. Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer material/equipamento, utilizado para a execução de objeto, com deficiência, defeito ou irregularidade, sob condições de funcionamento no qual não apresente produtividade satisfatória, por outro de qualidade superior e com as mesmas especificações exigidas no edital.

17.5. O objeto será entregue:

17.5.1. Provisoriamente, pelo FISCAL LOCAL, responsável pela fiscalização, que acompanhará a execução dos serviços, através de controle e assinatura no extrato da Nota Fiscal/Fatura (contendo descrição do objeto ofertado pela empresa) devidamente datado e assinado para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e na própria Contratada, sendo deve assim.

17.5.2. Definitivamente, pelo respectivo Ordenador de Despesa, ou Comissão designada para tal, depois de verificada a qualidade, quantidade e compatibilidade com o objeto contratado e sua consequente verificação mediante controle e assinatura (data e visto) próprios no verso da Nota Fiscal.

17.5.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil nem dissimulatória da Contratada pela perfeita qualidade do objeto, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, dentro dos limites estabelecidos por Lei.

17.6. Todas as áreas materiais verificadas no decorrer do objeto contratado, deverão ser anexadas ao livro ou sistema próprio de anotações e isso deverá ser anexado todos os registros e as providências tomadas pela Contratada.

17.7. Caso exista a intercorrência de qualquer condição decorrente das atividades deste artigo a Contratada ficará passível da aplicação das penalidades previstas no item "Das Sanções Administrativas" deste edital.

## 18 - Sanções Administrativas

### 18.1. Disposições relativas às Sanções Administrativas.

18.1.1. Conforme o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e de natureza de fornecedores de Contratada, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, penalidade a aplicar, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- I, apresentar documentação falsa;
- II, fraudar a execução do contrato;
- III, incorrer em atrasos de modo intencional;
- IV, cometer fraude fiscal;
- V, fazer declaração falsa;



VI, não aceitar o licenciamento de contratos;

VII, não manter a proposta integralmente nos termos e valores em que foi regularmente apresentada e aceita pelo pregoeiro na

VIII, não aceitar a Nota de Empenho/Ordem de Serviço no prazo de validade de sua proposta, ressalvada a R.P. Contrato;

18.1.1, reputar-se de inidoneidade atos da Contratada tais como os descritos nos artigos 12, redação única 22 e 23, redação única da Lei nº 8.666/1993;

18.2. Fundamentado nos artigos 32 e 23, inciso I a IV, da Lei nº 8.666/1993 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, em casos de inadimplemento da execução fornecimento, falta na execução do contrato ou inadimplemento total de obrigações, por parte da empresa defeta, a Contratada poderá sofrer as seguintes penalidades:

I. advertência;

II, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja provida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será comunicada ao órgão que a Contratada contratar a Administração pelos respectivos resultados e após decorrido o prazo da sanção aplicada; ou

IV, impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, por prazo de até 02 (dois) anos;

18.2.1. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas de:

I. advertência;

II, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV, impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, por prazo de até 02 (dois) anos;

18.3. No caso de inadimplemento das obrigações relacionadas ao retardamento da execução, a Contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% do valor do contrato.

18.3.1. Constitui-se o retardamento da execução, quando a Contratada:

I, deixar de iniciar a prestação dos serviços após ter o recebido a Nota de Empenho, Ordem de Serviço ou Requisição, sem justificativa aceita pela Contratante;

II, deixar de prestar os serviços nos prazos estabelecidos neste termo de referência, sem justificativa aceita pela Contratante, os serviços/fornecimentos definidos no contrato;

18.3.1.1. O prazo para o início dos serviços é de 20 (vinte) dias contados a partir da data de vigência do contrato, podendo a critério da administração, ser prorrogada por até mais 20 (vinte) dias;

18.4. As infrações que a Contratada cometera serão a serem enquadrar-se-ão em pelo menos uma das situações previstas na "Tabela 5 – Infração, incidência e graduação da multa", que informa o grau da infração conforme a incidência da infração.

18.4.1. O valor da multa aplicada, conforme o grau da infração descrita pela comissão, será estabelecido na "Tabela 4 - Gradação da infração e valor da multa".

Tabela 4 - Gradação da infração e valor da multa

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R\$)
1	600,00
2	800,00
3	1.600,00
4	3.000,00
5	10.000,00
6	30.000,00

Tabela 5 - Infração, incidência e gradação da multa

Item	Infração - Descrição	Grav	Incidência	Penas
01	Deixar de efetuar o pagamento de salários, valores transporte, vale refeição/alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, taxas e contribuições das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, sem antes arcuar com quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução de serviços nas datas vencidas; ou ainda efetuar o pagamento das verbas trabalhistas em desacordo com a proposta apresentada no Edital ou por convenções/collações coletivas.	6	Até 50% dos empregados, aplicar-se-á metade do valor sugerido na Tabela 4; Ultrapassado tal percentual aplicar-se-á a multa integral na Tabela 4.	A partir do 7º dia de descumprimento, serão acrescidos 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor integral da Tabela 4.
02	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou comprometimento físico aos Funcionários. Ou deixar de fornecer aos empregados Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando exigido em lei ou convenção, finalizando e orientando-os quanto a obrigatoriedade de uso, impondo penalidades físicas que se regem a tabelas.	4	Por empregado	A partir 7º dia de descumprimento, serão acrescidos 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
03	Suspender ou interromper os serviços essenciais, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.	6	Por ocorrência	Após o 7º dia de descumprimento, serão acrescidos 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
04	Indicar pessoa sem maior empregado sem qualificação para executar os serviços essenciais.	1	Por empregado	A partir do 7º dia de descumprimento, serão acrescidos 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
05	Omitir de fornecer os uniformes aos funcionários no prazo e quantidade estipulada no Contrato. Ou permitir a presença de empregado não uniformizado, sem uniforme manufaturado, seja, tal apresentado ou não sem marca.	1	Por empregado	A partir do 7º dia de descumprimento, serão acrescidos 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.

06	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução proveniente da <b>CONTRATANTE/FISCALIZAÇÃO</b> ou recusar-se a executar serviço determinado sem motivo justificado.	3	Por ocorrência	Após 03 dias de descumprimento, serão acrescidas 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
07	Entregar sem atraso ou inobservar a documentação exigida no Edital/Contrato, ou deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	4	Por ocorrência	A partir do 1º dia de descumprimento, serão acrescidas 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
08	Notificar funcionários ou encarregados de serviços durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por dia e por empregado	A partir do 3º dia de descumprimento, serão acrescidas 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
09	Entregar sem atraso ou inobservância formal solicitadas para obter as informações ou serviços solicitados durante a análise de documentação exigida neste contrato.	2	Por ocorrência	A partir do 3º dia de descumprimento, serão acrescidas 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
10	Deixar de enviar a reposição de documentos faltantes.	3	Por empregado e por dia	Após 1º dia de descumprimento, serão acrescidas 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
11	Deixar ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; ou danificar as instalações da Contratante.	3*	Por ocorrência	*Sem prejuízo da reposição do objeto/objeto
12	Substituir o serviço ainda que inutilmente.	4	Por ocorrência	A partir do 1º dia de descumprimento, serão acrescidas 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
13	Deixar de manter a documentação de instrução solicitada.	2	Por ocorrência	A partir 10º dia de descumprimento, serão acrescidas 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
14	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo Contrato ou determinado pela Fiscalização.	1	Por dia	A partir do 1º dia de descumprimento, serão acrescidas 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
15	Na fase contratual: Apresentar documentação/informação falsa, não manter a prestação, compor-se de modo ilícito.	4	Por documento ou por ocorrência	A partir 1º dia de descumprimento, serão acrescidas 2% por dia sobre o

*f.l.m.*



	Fazer declaração falsa ou omitir dados fiscais.			valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
16	Não fazer declaração. Não manter a proposta, não assinar o contrato, apresentar documentação/falsificação falsa.	4	Por documento	*
17	Deixar de observar as determinações da legislação tributária.	6	Por ocorrência	A partir do 3º dia de descumprimento, serão acrescidos 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
18	Deixar de fornecer meios para que seus funcionários compareçam às reuniões gerais ou específicas previstas em cada convocatória, reune das dependências da UERN, quaisquer equipamentos ou materiais previstos em contrato, sem autorização prévia da fiscalização da Contratante, ou deixar de substituir materiais.	1	Por ocorrência	Após 03 dias de descumprimento, serão acrescidos 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
19	Deixar de instalar os salientes nas portas bancárias dos empregados em agências localizadas na cidade local de prestação dos serviços.	3	Por ocorrência	*
20	Deixar de manter todo, total ou parcialmente de atendimento na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços.	3	Por dia	Após 10 dias de descumprimento, serão acrescidos 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
21	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por dia	Após 11 dias de descumprimento, serão acrescidos 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
22	Deixar de apresentar novos dados discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.).	4	Por ocorrência	Após 10 dias de descumprimento, serão acrescidos 2% por dia sobre o valor da multa, limitado ao percentual máximo de 10% sobre o valor da Tabela 4.
23	Deixar de cumprir quaisquer cláusulas contratuais e suas anexos que não estejam postas nesta tabela.	*	Por ocorrência	*A multa a ser aplicada será proporcional ao descumprimento com relação constante a esta Administração, limitado ao Orçamento, sem prejuízo das demais sanções legais e outras multas previstas no presente edital/contrato, respeitadas as providências legais pertinentes.



18.3. Faltas caracterizadas como falta grave, compreendida como falta na execução do contrato, e não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, conforme Tabela supracitada, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, (retificado em 9 de janeiro de 2014 - publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.5879).

18.3. Na caso de Inadimplência ou descumprimento contratual, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor mensal do Contrato.

18.4. A Inadimplência ou descumprimento contratual será configurada, entre outras, na ocorrência de pelo menos uma das seguintes situações:

Tabela 5 - Rescisão de infrações e multa

Circ.	Reinvidicações de infrações durante a vigência do contrato.	Multa
01	1 ou mais infrações registradas no SICAF*	0,2% sobre o valor mensal do Contrato.
02	04 ou mais infrações registradas no SICAF*	0,4% sobre o valor mensal do Contrato.
03	07 ou mais infrações registradas no SICAF*	0,8% sobre o valor mensal do Contrato.
04	10 ou mais infrações registradas no SICAF*	1,0% sobre o valor mensal do Contrato.
05	12 ou mais infrações registradas no SICAF*	1,2% sobre o valor mensal do Contrato.
06	14 ou mais infrações registradas no SICAF*	1,8% sobre o valor mensal do Contrato.

\*SICAF – Sistema de Cadastroamento Unificado de Fornecedores e em sistemas semelhantes

18.5. A multa deverá ser restituída no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir da data de recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

18.6. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura, ou do crédito existente na Contratante, em favor da Contratada, ou ainda da garantia prestada.

18.10. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada.

18.11. Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a Contratante continuará arcando em desconta nos meses subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído à penalidade, ou, se entender mais conveniente, poderá descontar o valor remanescente da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente.

18.12. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, a Contratada deverá resgatar a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

18.13. Exigidas as medidas administrativas para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, esta será inscrita para inscrição em dívida ativa, bem como cobrança judicial.

18.14. Caso o valor da garantia não utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser empregada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da Contratante.

18.15. O contrato, sem prejuízo das multas e demais sanções legais previstas em seu respectivo instrumento editacional, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 71, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

18.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar, a

licitante deverá ser desclassificada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais sanções legais.

18.17. Deverá ser observado o Princípio do Devido Processo Legal na hipótese de aplicação das penalidades, devendo em qualquer hipótese de aplicação de penalidades ser assegurado ao licitante o contraditório e ampla defesa.

18.18. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização dos fornecedores por eventuais perdas e danos causados à Administração.

18.19. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na prestação do serviço ocorrer de fato devido ao de fato maior.

#### 19 – Da Celebração do Contrato

##### 19. Disposições relativas à Celebração do Contrato

19.1. Homologada a licitação, será formalizado o Instrumento do Contrato e o Termo do Acordo de Nível de Serviço, anexos do edital deste pregão, onde serão estabelecidos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço contratado e respectivas adequações de pagamento, com a licitante assubscrita mediante de cartão, desde que atendidas todas as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório. Para atender demandas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte obedecendo as prioridades de cada unidade beneficiária, em conformidade com a previsão contida no Regulamento do Serviço Contratado.

19.1.1. Antes da assinatura do contrato, a Contratante realizará consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de a adjudicatária contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei Nº 12.526/2006, e, como ao Cadastro Integrativo de Crédito das Empresas – CADIN, após finalizadas serão anexadas aos autos do processo.

19.1.2. Se a Adjudicatária, no ato de assinatura do contrato, não comprovar que atende as condições de habilitação, ou quando renunciar-se injustificadamente a assumir o contrato, poderá ser considerado como inerte, desde que respeitada a ordem de classificação, para após feita a requalificação, verificada a possibilidade de proposta e comparadas as condições de habilitação, celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo de referência legalmente adjudicatária.

19.1.3. O contrato para prestação de serviços incluirá cláusula de garantia que visa ao cumprimento das condições estabelecidas no edital e seus anexos, inclusive neste termo de referência, nos termos das propostas subscritas.

19.2. A Contratante aprovará o Instrumento do Contrato ao gabarito, para ser assinado, ficando a empresa responsável pela devolução do referido instrumento assinado, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados da data de recebimento.

19.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando for necessário durante o seu transcurso pelo vagoante interessado, desde que exista motivo justificado e aceito pela Contratante.

19.3. No ato de assinatura do Contrato e do Termo do Acordo de Nível de Serviço, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital deste pregão, os quais deverão ser atendidos pela Contratante durante a vigência do Instrumento do Contrato.

19.3.1. O Contrato e Acordo de Nível de Serviço, a ser celebrado entre a Contratante e o adjudicatário, obedecerá as especificações no Manual de Contrato e no Termo do Acordo de Nível de Serviço, anexos do edital deste pregão, subscritando-se a legislação pertinente à matéria, em especial a Lei nº 8.666/1993 e demais normas de Direito Público aplicáveis.



19.4. Inscrito o contrato todos os documentos anexas ao procedimento do presente pregão e demais documentos referidos no respectivo edital ou em qualquer dos seus anexos, independentemente de transcrição.

19.5. A contratação de adjudicatária para assinatura do contrato fora do prazo de validade da sua proposta, obrigará a qualquer responsabilidade pela não entrega de Nota de Empenho ou Certidão de Intenções de Contratar.

19.6. A adjudicatária que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, se recusar a celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o contrato, anular o estabelecimento de vínculo do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo ilícito ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como se sujeitará às multas previstas neste *Termo de Referência* e será descredenciado no MEPE, conforme prevista sanção no art. 7º da Lei nº 10.520/03.

19.7. Expirado o prazo de validade da proposta da licitante vencedora, sem este prorrogar o referido prazo, a Contratante poderá convocar os remanescentes na ordem de classificação para os fins ali indicados, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, em conformidade com seu convocatório, ou reter a licitação.


19.7.1. Os licitantes convocados na hipótese prevista no subitem anterior ficarão isentos das penalidades estabelecidas neste edital, caso de não atender as condições ali impostas.

19.8. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos fixos ou variáveis não vencedora já pagos ou antecipados no primeiro ano de contratação deverão ser eliminados, sob pena de não renovação do contrato.

## 21 - Da Aprovação e Autorização

22 - A autoridade competente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN aprova o presente *Termo de Referência* e autoriza a contratação do objeto do presente pregão.

Natal (RN), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_\_\_

  
Anailson Marcio Gomes  
Pró-Reitor de Administração da UFRN



## ANEXO II – TERMO DE ACORDO DE NÍVEIS DOS SERVIÇOS

### 1. Condições Gerais:

1.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços prestados pela Contratada será estabelecido e utilizado o **Acordo de Níveis de Serviço – ANS** entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos no Item 2.

1.2. A análise dos resultados desta avaliação pela Contratante poderá resultar em penalidades caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de qualidade e pontualidade no atendimento das demandas, conforme estabelecido pelos indicadores.

1.3. O Acordo de Níveis de Serviços – ANS deve ser atualizado e aprovado pela Contratada como um compromisso de qualidade que estará assinando junto à Contratante.

### 2. Indicadores de Acordo de Níveis de Serviço:

Indicador	
Respeito ao atendimento das demandas da UFRN	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento eficaz de demandas da UFRN, em linha as características dos pontos de serviços especificados.
Meta a cumprir	Satisfação máxima na prestação de serviços nos 24 horas.
Instrumento de medição	Atribuição de índice de desempenho:
	I = Insuficiente
	II = Regular
	III = Bom
Forma de acompanhamento	Libro de Ocorrência
Periodicidade	Ocorrências diárias – Medição Mensal
	Insuficiente – Acima de 12% do número de pontos de ocorrências mensais (com vermelho e preto)
	Regular – Acima de 6% do número de pontos de ocorrências mensais (com vermelho e preto)
	Bom – até de 3% do número de pontos de ocorrências mensais (com vermelho e preto)
Mecanismo de Cálculo	Formulo de Registro no Livro de Ocorrências:
	Com vermelho: Registro das Ocorrências
	Com preto: registro não completo das ocorrências dentro do prazo estipulado
	Com azul: Registro da correção das falhas apontadas
Início da Vigência	Data da implementação dos serviços (a partir da assinatura do contrato)

Faltas de ajuste no pagamento e sanções	Aplicação de:
	1 (um) INSUFICIENTE: aplicação de advertência
	2 (dois) INSUFICIENTES: Multa correspondente a 10% do valor total da fatura.
	3 (três) INSUFICIENTES: Multa correspondente a 20% do valor total da fatura.
	4 (quatro) ou mais INSUFICIENTES: aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 e rescisão contratual.
Observação	Todas as ocorrências registradas no livro deverão ser notificadas à contratada, estipulando o prazo para a solução das falhas apontadas.
	Cada falha apontada será considerada com 01 (uma) ocorrência que deverá ser registrada no livro na cor vermelha.
	Se a falha não for corrigida dentro do prazo estipulado, deverá ser anotado no livro o respectivo descumprimento na cor preta (esta ocorrência não cumprida deverá ser considerada como uma nova falha estipulando novo prazo para correção, sempre quando o problema for definitivamente solucionado que a situação deva ser resolvida).
	Sempre que uma ocorrência for corrigida, deverá constar no livro um registro na cor azul.

### 3. Perda de serviços exigidos pela UPFN:

3.1. Assinar e devolver o Contrato e o Termo de Acordo de Nível de Serviço, ajustado entre a Contratante e a Contratada em até 2 (dois) dias úteis após seu recebimento.

3.2. Apresentar certificação de cursos para formação de vigilantes e assessor de atendimento civil e criminal expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, na implementação de contrato e sempre que houver mudança de funcionário para todo efetivo alocado na UPFN.

3.3. Registrar, immediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, mão-de-obra correspondente ao quantitativo de pontos solicitados pela Contratante.

3.4. Apresentar à Contratante a relação de armas e munições autenticadas do respectivo "Registro de Arma" e "Pena de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra no posto, immediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços.

3.5. Manter diariamente os vigilantes uniformizados, de acordo com as especificações técnicas discriminadas no Termo de Referência, antes do início do presente pregão.

3.6. Acompanhar, fiscalizar e orientar a correta use dos uniformes, equipamentos e armamento, bem como os detalhes de higiene pessoal (barba - cabelo - unhas - etc.), devidamente identificados através de crachá. Deverá realizar a substituição dos profissionais que não apresentem condições de executar os serviços de acordo com o estabelecido.

3.7. Manter diariamente os pontos com o efetivo de mão-de-obra, realizando a reposição da mão-de-obra, em caráter imediato, em eventual ausência. Deverá realizar o registro e controle diário da frequência e da pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços. A frequência dos funcionários será acompanhada pela UPFN através da ficha Acompanhamento Mensal de Frequência da Pessoa Terceirizada, conforme Termo de Referência.

3.8. Manter estabilidade no horário de trabalho estabelecido pela Contratante, em conformidade com as leis trabalhistas.



3.9. Manter diariamente os postos equipados de câmeras de segurança (duas unidades) e os seus empregados com o uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual), quando for o caso;

3.10. Inspeccionar os postos (superiores da Comitê) semanalmente e encaminhar ao Flacul os artigos relatados de rotina;

3.11. Manter diariamente alinhado ao posto, em local visível, o número de telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instituição e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades fim;

3.12. Apresentar mensalmente até o 10º (dezimo) dia, à Comitê, a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS, bem como a folha de pagamento dos funcionários que supõem a unidade;

3.13. Pagar mensalmente a seus empregados até o 5º dia do mês subsequente, conforme legislação em vigor;

3.14. Fornecer mensalmente aos seus empregados alinhados ao prestação dos serviços, o quantitativo de vale-transportes para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa;

3.15. Manter durante a vigência do contrato o endereço, Telefone, Fax e e-mail atualizados.

M.  
fil